

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

011ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 25NOV2019

Pauta: Debater o PLE nº 020/19

(Texto com revisão final.)

MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES: (19h24min) Estão abertos os trabalhos da presente audiência pública. (Lê.): “Audiência Pública com o objetivo de debater sobre o Projeto de Lei do Executivo nº 020/19, proc. nº 0507/19, que dispõe sobre a Gestão do Ensino Público das Escolas da Rede Municipal de Porto Alegre, modifica a eleição para a direção das escolas e dá outras providências, revogando a lei nº 7.368, de 18 de novembro de 1993. A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 25 de novembro de 2019, às 19 horas, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizado na Av. Loureiro da Silva, nº 255, nesta Capital, com o objetivo de debater o tema acima referido. Porto Alegre, 31 de outubro de 2019, Vereadora Mônica Leal, Presidente”.

Convidamos para compor a Mesa: O Ver. Prof. Alex Fraga, Presidente desta audiência pública; o Sr. Jonas Reis, diretor do Simpa; a Sra. Luciane Pereira, diretora administrativa do Simpa; a Sra. Maria José da Silva, diretora-geral da Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre – ATEMPA; a Sra. Rosele Bruno de Souza, representante do Fórum de Diretores; a Sra. Sofia Cavedon, deputada estadual; a Sra. Aline Kerber, representante de Mães & Pais pela Democracia; a Sra. Gerusa Pena, presidente da União Estadual dos Estudantes; a Sra. Vitória Cabreira, presidente da UMESPA; a Sra. Angela Comunal, representante da UAMPA; o Sr. Adriano Naves de Brito, secretário da Secretaria Municipal da Educação; a Sra. Russel Terezinha da Rosa, membro da Frente Escola sem Mordaça; o Sr. Volnei Picolotto, representante do Movimento em Defesa da Educação; o Sr. Glauco Marcelo Aguilar Dias, representante do Conselho Municipal de Educação. Prestigiam este evento o Ver. Valter Nagelstein, o Ver. Adeli Sell, o Ver. Engº Comassetto, o Ver. Felipe Camozzato, o Ver. Marcelo Sgarbossa e a Ver.^a Karen Santos. O Ver. Prof. Alex Fraga, presidente desta audiência pública, está com a palavra.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

PRESIDENTE PROFESSOR ALEX FRAGA (PSOL): Boa noite senhoras e senhores, declaro aberta esta audiência pública e, de antemão, vamos repassando a informação de que serão colhidas dez inscrições para que as pessoas que assistem das galerias possam fazer a sua participação. As inscrições serão coletadas à nossa esquerda, no plenário. Vamos organizar a dinâmica desta audiência pública da seguinte forma: nós temos três entidades demandantes, o Simpa, a ATEMPA e o Fórum de Diretores, então, vamos abrir os nossos trabalhos e discussões, nesta noite de hoje, com cinco minutos para a manifestação de cada uma dessas entidades. Posteriormente, abriremos, por três minutos, para as saudações dos representantes das demais entidades que se encontram na Mesa. Depois, abriremos para as manifestações, por três minutos, das inscrições do plenário, e os vereadores podem se inscrever para participar a qualquer tempo, numa fala de cinco minutos também. O secretário, também, pode se inscrever, assim como os vereadores, para uma fala de cinco minutos a qualquer tempo. Para o fechamento desta nossa audiência pública abriremos, mais uma vez, para a manifestação do secretário de educação, Sr. Adriano Naves de Brito.

Convido para fazer o uso da palavra o Sr. Jonas Reis, diretor-geral do Simpa,

SR. JONAS REIS: Primeiramente, boa noite Ver. Alex Fraga. Obrigado pela oportunidade de a categoria municipal estar aqui para poder discutir o conteúdo desse projeto. Na sua figura e na figura da deputada Sofia Cavedon, saúdo a todos os componentes da Mesa. Quero agradecer especialmente aos colegas professores e professoras do Município de Porto Alegre, demais trabalhadores e trabalhadoras da educação que se encontram aqui presentes, e também às direções atuais eleitas e reeleitas no processo eleitoral para o mandato dos próximos três anos nas nossas escolas municipais de Porto Alegre.

Quero, inicialmente, dialogar não só entre nós, não só com os vereadores desta Casa, mas com a população de Porto Alegre. A população de Porto Alegre, Ver. Alex, paga impostos, e, recentemente, sofreu um aumento do IPTU, e, se ela paga impostos, ela merece serviços públicos de qualidade. E ela tem isso hoje, não pela mão do governo e da sua política de desmonte da educação municipal, mas pela mão das educadoras e dos educadores, professores, professoras, funcionários de escola, que, com muita garra, com muita

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

dedicação têm mantido a qualidade do ensino, Ver. Sgarbossa, apesar do desmonte perpetrado pelo governo Nelson Marchezan, que tem na pasta de educação a figura do Dr. Adriano Naves de Brito! Infelizmente, um governo que faz faltar RH nas escolas durante os últimos tempos. Os últimos tempos são três anos de mandato! Sempre faltou RH no governo Marchezan! Não realizou, deputada Sofia Cavedon, você que é professora, concurso público para séries finais; sucateia a EJA, fazendo faltar professores. É, faltam professores, em pleno mês de novembro, na rede municipal de ensino de Porto Alegre! Isso é lamentável; isso mostra a incapacidade de gerir uma pasta tão importante para a cidadania e para o futuro das crianças e adolescentes, e também, Ver. Adeli, o futuro econômico da cidade, porque não existe desenvolvimento econômico num município que vira as costas para a educação; num município que mantém um déficit de mais de 5 mil vagas na educação infantil e que agora acha que a grande solução é mudar a lei de gestão democrática das escolas.

Aqueles que não acreditam num processo coletivo, num projeto coletivo de uma chapa, de uma nominata de dois, três ou quatro candidatos à direção escolar, só podem vir para cá, para a Câmara de Vereadores, e apresentar um projeto na figura de um diretor apenas. Nós não fizemos isso nas escolas, nas escolas nós fizemos projetos coletivos com as nossas comunidades, onde, sim, sempre, os pais, as mães, os responsáveis e os alunos, além dos funcionários de escola e professores, participaram, votaram e tiveram direito de eleger as suas direções escolares. Isso que a gente observa hoje na movimentação do governo é mais uma tentativa de cortina de fumaça, é mais um movimento de um governo que não consegue fazer política pública neste Município para melhorar, que tem como pauta o neoliberalismo radical. Faltar mais de 300 professores nas escolas em pleno mês de novembro, isso não dá para aceitar. Nós não aceitamos! As direções escolares hoje, secretário, fazem, vamos usar aqui uma frase popular, das tripas coração para a falta de RH que o senhor faz acontecer nas nossas escolas. Essas direções com diretor e vice eleitos estão há três anos penando nas mãos de um gestor que mostra incompetência à frente da pasta. Mas a gente até entende a incompetência: é alguém que jamais esteve com o pé no chão da escola, nunca deu aula num bairro popular como a Restinga Velha, como muitos que estão aqui, nunca deu aula numa Monte Cristo, nunca deu aula no bairro

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

Sarandi, alguém que não tem a relação com o aluno que vem muitas vezes para escola com fome, que vem para escola violentado, não pode entender de gestão pública da educação, por isso apresenta um projeto que quer responsabilizar as direções escolares pelo IDEB. Isso nós não vamos aceitar! A progressão do IDEB é uma construção coletiva de uma cidade, deputada Sofia, que olhe para a educação de verdade, que olhe para as políticas como um todo, vereadores. As políticas não só de educação interferem no IDEB, mas a assistência social, que está sendo desmontada, a política de saúde, o SUS, que está sendo destruído com a tentativa de extinção do IMESF. Então é um conjunto de políticas que precisam se coadunar para que realmente o professor lá na escola consiga melhorar cada vez mais o nível de interação com os alunos. Aluno que chega com fome na escola ou aluno que não conseguiu, por exemplo, fazer óculos, e aí não consegue enxergar o quadro porque não tem o sistema público de saúde adequado, não tem mais assistência social. Como a gente vai responsabilizar uma direção escolar pelo IDEB de forma estrita? Por isso nós lamentamos! Mas queremos aqui, hoje, para encerrar, pedir para que as direções de todas as escolas, os vice-diretores eleitos, levantem o seu cartaz, porque aqui está a representação da democracia verdadeira, das escolas que cumpriram o calendário, cumpriram a legislação vigente, de 1993, elegeram em 58 escolas as equipes diretivas para dirigir, nos próximos três anos, a educação pública das nossas alunas, dos nossos alunos, das nossas comunidades. Respeito, secretário Adriano Naves de Britto, à legislação. Se o Marchezan não respeita a Lei Orgânica e não paga o que deve para essa categoria, que são três anos de inflação acumulada, o senhor pode começar um respeito à educação nomeando as direções legitimamente eleitas por um pleito democrático, aberto e que cumpriu a legislação vigente.

Parabéns, municipais e municipais; parabéns comunidades escolares de Porto Alegre, e quero fazer aqui um apelo aos vereadores de Porto Alegre, independente da legenda: que recusem, que rejeitem esse projeto de lei que não dialogou com as comunidades, que vem goela abaixo e que não vai consertar o que o governo está destruindo, que é a falta de RH e de estrutura nas escolas. Muito obrigado.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Convido para fazer uso da palavra a Sra. Maria José da Silva, diretora-geral da ATEMPA.

SRA. MARIA JOSÉ DA SILVA: Eu gostaria de dar uma boa-noite aos colegas que hoje, depois de um dia árduo de trabalho, estão aqui para discutir a nossa educação municipal; cumprimento a Mesa na pessoa do Presidente, Ver. Alex Fraga, os companheiros que estão na luta nas diferentes frentes em defesa da educação pública. E eu tenho aqui só um recado para trazer para a população de Porto Alegre, em nome da ATEMPA, é um recado da comunidade escolar, é um recado das escolas municipais que estão, sim, dando conta do seu trabalho, apesar das condições, apesar da falta de RH, apesar da insegurança que, muitas vezes, tem que dar conta lá no seu local de trabalho. Nós aqui não estamos apenas defendendo cargos de direção, não, nós aqui estamos defendendo um projeto de educação que nós acreditamos, que nós, ao longo de muito tempo, lutamos para ter esse direito, de as comunidades escolares escolherem a equipe diretiva que vai fazer o projeto de gestão nas escolas. Não é qualquer coisa, de repente, no meio do processo que deveria ser desencadeado para organizar os próximos três anos letivos, eleger a equipe, eleger um conjunto de medidas para gerenciar a escola, de repente surge um PL 20, que, na nossa opinião, não responde às necessidades da educação pública municipal, um PL que questiona o trabalho da educação como um todo, que coloca, na figura de uma pessoa, o diretor, a responsabilidade de toda uma política que não está sendo colocada como prioridade do prefeito de Porto Alegre para Secretaria Municipal de Educação.

O nosso recado aqui é para dizer para o secretário e para os vereadores que nós recusamos esse PL nº 20, nós não queremos esse PL nº 20, porque nós temos uma lei vigente, uma lei que a comunidade escolar se reuniu em assembleia geral e decidiu: “Vamos cumprir a lei; vamos referendar uma lei que, para nós, é fundamental que seja mantida”. Essa resposta não veio só dos professores, veio dos pais, dos alunos, não é à toa – vocês devem estar observando – a participação. Nós tivemos um número bem maior de participação dos pais, dos alunos, nós debatemos na comunidade. Essa eleição, todas essas fotos, essas imagens, só aconteceu porque a nossa comunidade sabe qual é o papel da nossa equipe, qual é o trabalho que é as nossas colegas fazem lá no seu local, na sua

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

escola. A nossa comunidade sabe qual é a nossa importância na escola, e é por isso que quando ela foi chamada, ela constituiu a comissão. Nós visitamos, no dia 21, durante o dia da eleição, várias escolas, e dava muita alegria de ver fila de pais querendo votar, fila de alunos, a discussão na escola, nós todos ali empenhados em garantir um processo que é legítimo, que é válido e que rechaça essa iniciativa do governo, que, ao invés de garantir políticas públicas para dar uma educação de qualidade, rechaça toda uma história, todo um processo de gestão que nós temos dentro da educação pública municipal.

Nosso recado aqui é: a nossa comunidade escolar já disse o que nós queremos; nós queremos que seja respeitada a nossa realidade, que seja respeitado o nosso direito. Nós fizemos a eleição dia 21 e nós queremos a nomeação dos colegas que estão aí, que foram eleitos. Nós queremos o mandato de três anos, sim, e vamos discutir. Se tem PL para melhorar a educação, vamos discutir! Mas, no apagar das luzes, em final de mandato, não dá para mudar a regra do jogo e dizer para nós que não fazemos o nosso trabalho como deveríamos. Nós sabemos o trabalho que fazemos, e a nossa comunidade já deu essa resposta, na quinta-feira, dia 21.

Para concluir, vendo que o tempo está acabando, eu gostaria de dizer que só não houve eleição nas comunidades escolares que não têm RH que dê conta de eleger seus colegas para fazer a gestão. Então é falta de RH, não é falta de vontade e nem de disposição de participar do projeto político-pedagógico do Município de Porto Alegre. Muito obrigada e parabéns a todos os colegas que, depois de um árduo dia de trabalho, estão aqui para fazer este debate.

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, professora Maria José da Silva. A Sra. Rosele Bruno de Souza, representante do Fórum de Diretores, está com a palavra.

SRA. ROSELE BRUNO DE SOUZA: Boa noite. O Fórum de Diretores vem a esta Casa solicitar aos Srs. Vereadores e, agora, ao secretário também que intercedam junto ao governo na homologação das eleições realizadas pelas escolas no último dia 21 de novembro. Podemos apresentar muitos argumentos, mas precisamos que os senhores estejam, de fato, dispostos a nos ouvir. Não estamos aqui tratando – ou não gostaríamos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

de estar – de uma briga política; estamos aqui tratando da vida de nossas comunidades, vidas que já foram bastante prejudicadas com alterações que não apresentaram nenhum resultado positivo, muito antes pelo contrário, impactaram negativamente na vida das famílias. Estamos falando de uma gestão que teve dois anos e meio para propor alterações e deixou para fazer quando não havia mais tempo hábil. Estamos tratando de uma gestão que vem perseguindo os funcionários públicos criando regras que valem em um ano e deixam de valer em outro. Estamos falando de uma gestão que ameaça e cria insegurança desnecessária, dando poder aos pais no primeiro ano, mas ignorando a vontade desses mesmos pais no segundo ano, pois mesmo que a vontade dos pais seja que o diretor permaneça, ele, arbitrariamente, vai ser destituído. Estamos falando de uma gestão que mesmo tendo a prerrogativa de contratar emergencialmente professores por imposição do Ministério Público não foi competente para suprir a falta destes nas escolas. Sim, nós ainda estamos sem professores em muitas escolas. Estamos falando de uma gestão que acredita que um diretor sozinho pode aumentar o IDEB, mas que não se sente responsável pelo desmonte dos laboratórios de aprendizagens que são fundamentais na qualificação da aprendizagem de muitos alunos. Estamos falando de uma gestão que se utiliza de números de reprovação ou aprovação para fechar turmas para o próximo ano, mas que durante todo o seu mandato não propôs nenhuma formação pedagógica para a rede. Estamos falando de uma gestão que alega não ter recursos, mas que propõe lei que irá onerar desnecessariamente o Município a cada troca de direção, arcando com o pagamento de tarifas de cartório. Pasmem, são R\$ 33 mil a cada troca de direção, no mínimo. Estamos falando de uma gestão que propõe uma avaliação para medir aprendizagem, onerando o Município com despesas de elaboração e aplicação, quando já existem avaliações nacionais, inclusive, usadas para nova lei.

Enfim, senhores, essa proposta de lei, que foi enviada, talvez nem constitucional seja, porque impõe ao diretor sua destituição, mas não impõe à secretaria, sua mantenedora, garantir meios de alcançar tal meta. Isso tem nome no mercado: se chama delegação perversa, quando se estabelecem metas que sabidamente não são possíveis de serem alcançadas, pois sem professor em sala de aula, não há nenhum índice possível de ser alcançado.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

Eu agradeço e peço sinceramente que quem não conhece a realidade, não sabe como as coisas funcionam numa escola, possa passar um dia, na minha, que talvez tenha a realidade um pouco diferente das demais, porque eu reconheço isso; e talvez isso seja o que faz alguns olharem para minha escola e dizerem que os índices lá são melhores. Mas não é por mérito de direção, é porque sim, lá tem toda a estrutura, ou um pouco da estrutura, que falta muito em outras. Então, eu peço que mesmo na minha, que é um pouco diferente, que possam lá ver como é que é atender em sala de aula, porque a gente está entrando em sala de aula, dar conta de pais, resolver situação de abuso que a gente não tem para onde mandar muitas vezes. Ver como é que é um dia de um diretor e entender se a gente vai ter condições de levantar IDEB desse jeito. Obrigado.

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Convido para fazer uma breve saudação, representando Mães & Pais pela Democracia, a Sra. Aline Kerber.

SRA. ALINE KERBER: Boa noite a todas e a todos, sobretudo, às diretoras e aos diretores eleitos aqui presentes, ao Ver. Prof. Alex Fraga, em nome dele, cumprimento todos os vereadores e vereadoras aqui presentes, também a deputada Sofia Cavedon. O PL nº 20/19, que tem por objeto a disciplina para definição das direções das 99 escolas municipais de Porto Alegre mediante a alteração da lei municipal em vigor, a lei da gestão democrática, tem sido visto pela Mães & Pais pela Democracia como extremamente nociva para as estruturas administrativas e para os processos democrática das escolas. Primeiro, há que se ressaltar que não há parecer de inconstitucionalidade da lei em vigor. Portanto, qual sentido desse PL? Por que virou o caráter de urgência nas vésperas da eleição dos diretores escolares, trazendo insegurança jurídica às escolas e feito só no terceiro ano de gestão do atual prefeito? Parece que só se quer um mero controle de avaliação da gestão escolar, atrelando a nota do IDEB ao desempenho do diretor que, se não melhorar a nota da escola de um ano para o outro, deve ser trocado, mas só ele, não a equipe diretiva, que, inclusive, será escolhida pelo próprio diretor – algo bem estranho –, depois das eleições, inclusive, induzindo um processo de barganha nas escolas, e não de cooperação. E por que não há mais a eleição de uma chapa para induzir uma proposta coletiva de trabalho

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

nas escolas? É nessa educação que a gente acredita. Então a gente precisa ter mais claros os critérios sustentados nesse projeto, porque os custos, como recém foi dito, são incalculáveis, na verdade, tem um valor, R\$ 33 mil por escola, o que daria a cada ano, com as 99 escolas do Município, mais de R\$ 1,2 milhão de custos para a Prefeitura. Quer dizer, escolas sucateadas, professores desvalorizados, cargas horárias reduzidas, não tem escola em tempo integral, vários problemas de contratação, mas dinheiro para fazer o que a gente acredita que seja esse projeto, um “escola sem partido 2.0” em Porto Alegre... Só que a gente deixa o seguinte recado: não passarão, estaremos do lado das escolas, dos professores, das professoras, dos diretores; nós da associação Mães & Pais pela Democracia, queremos pluralidade de ideias nas escolas, não vamos aceitar o retrocesso. Gestão democrática se faz com diagnóstico, conversando com cada escola; isso não foi feito, portanto, esse projeto é ilegítimo e não deve ser aprovado nesta Casa. Então, a Mães & Pais pela Democracia está comprometida com a gestão democrática pensando numa educação com amor e liberdade. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Sra. Aline Kerber. A Sra. Thais Jorge, vice-presidente da União Estadual dos Estudantes, está com a palavra.

SRA. THAIS JORGE: Boa noite a todos e todas que estão participando desta audiência pública no dia de hoje, sou vice-presidente da União Estadual dos Estudantes, a presidente não pôde vir porque está na aula. Eu gostaria de iniciar minha fala dizendo que é um absurdo a gente estar tendo que rediscutir questões da gestão democrática em 2019, depois de três anos de gestão do Marchezan, sendo que a gestão democrática é uma conquista histórica da luta dos estudantes, dos professores, dos trabalhadores da rede municipal de ensino. Enfim, a atual lei, que está em vigor, não tem nada de inconstitucional, não tem nenhum problema e não tem por que apresentar um PL que venha para destruir a lei que hoje rege as nossas escolas e a gestão democrática dentro do espaço escolar. Além disso, é importante a gente que ressaltar que é um absurdo querer responsabilizar os diretores das nossas escolas pelo IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dentro delas. É um absurdo a gente querer que os diretores das nossas escolas consigam

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

fazer com que o IDEB aumente de um ano para o outro, sendo que isso não é uma responsabilidade única e personificada. Isso é uma responsabilidade de gestão, é uma responsabilidade de construção coletiva, de conseguir entender a comunidade em que a escola está inserida, de conseguir entender (Palmas.) que a gente precisa de recurso dentro das nossas escolas para conseguir aumentar o IDEB, que a gente precisa ter assistência social, que a gente precisa ter psicólogo, que a gente precisa ter investimento nas nossas escolas, se a gente quiser aumentar o IDEB, e não fazer o processo contrário, que é o de desmonte da educação, que é o de acabar com o meio passe estudantil inclusive, que é uma luta histórica dos estudantes contra essa gestão. A gente precisa ter a clareza de que, para o IDEB aumentar, é preciso investimento e não acabar com a gestão democrática e com o processo de eleição que hoje funciona muito bem dentro das escolas municipais de Porto Alegre. Vamos seguir resistindo, e a gente não vai aceitar que se venha com posições autoritárias contra a gestão democrática das nossas escolas.

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Srta. Thais Jorge. Convido a fazer uso da palavra a senhora presidente da UMESPA, Vitória Cabreira, pelo tempo de três minutos.

SRA. VITÓRIA CABREIRA: Boa noite a todos os presentes nesta audiência pública, eu quero cumprimentar primeiro a Mesa e quero cumprimentar também todos os estudantes presentes nesta audiência pública hoje. Eu vi que os estudantes da Escola Gabriel Obino se fazem presentes nesta audiência pública, os diretores da UMESPA, da UGES, da União Brasileira dos Estudantes. Eu acho que todos os que já falaram aqui falaram muito bem, já colocamos qual a nossa posição sobre o projeto de lei nº 020, não é? Eu acho que hoje o que o projeto de lei demonstra é fazer com que a responsabilidade do governo passe para a mão dos diretores das escolas, e a gente precisa tratar isso, a gente precisa discutir isso. Hoje, quando eles falam em aumentar o IDEB, não pode ser uma responsabilidade do professor que está dentro da sala de aula apenas, tem que ser uma realidade do governo Marchezan. Como a Thais bem falou, a gente vive uma luta em defesa do meio passe estudantil há anos. O prefeito que quer tirar a responsabilidade dele de aumentar o índice

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

das escolas é o mesmo prefeito que quer acabar com o meio passe estudantil para os estudantes, é o mesmo prefeito que não investe em educação, é o mesmo prefeito que não se preocupa se os estudantes, se as crianças têm o que comer dentro da sua escola, porque, às vezes, a gente sabe que o único alimento, a única vez que eles podem comer é dentro da sua escola, e a Prefeitura não se preocupa com a vida dessas pessoas, não se preocupa com a vida dos professores, diretores e funcionários, quando faz com que não leve com responsabilidade e compromisso essa profissão que a gente sabe que é tão desvalorizada, principalmente, pela Prefeitura do Marchezan, que não se preocupa com o povo de Porto Alegre. O Marchezan é um prefeito que nunca entrou numa escola municipal, é um prefeito que nem sequer deve ter entrado nas vilas em que as escolas estão, a não ser nas vezes em que foi fazer campanha. Um prefeito que não conhece a nossa realidade; um prefeito que nunca foi, por exemplo, na Escola Larry, que é na Restinga, ou no Ildo Meneghetti, que é lá no extremo norte. Ele não sabe como é a nossa realidade, não sabe como é a vida que a gente passa, e não sabe qual é a dificuldade diária que os professores têm, dentro e fora da sala de aula, para conseguir dar sua aula sem saber se tem canetão para escrever no quadro; para conseguir dar sua aula sem saber se vai ter os alunos dentro da sala de aula, porque a Prefeitura não tem um programa para manter a juventude dentro da escola. A Prefeitura que a gente fala hoje é a mesma Prefeitura que quer fechar a Escola Emílio Meyer e a Escola Liberato Salzano, sem se preocupar para onde vão os estudantes dessas escolas; sem se preocupar com ensino de qualidade que hoje a Escolas Liberato Salzano e Emílio Meyer apresentam. Eu vejo aqui os professores da Escola Emílio Meyer presentes, e é um absurdo o que o Marchezan quer fazer com essas escolas. Então, eu estou aqui muito mais para deixar o apoio dos estudantes, e para dizer que esse projeto de lei não vai passar. O Marchezan se decretou inimigo da educação, inimigo dos estudantes, dos professores, dos funcionários e da comunidade escolar. E quando se declara inimigo da educação, a gente não sai das ruas. Estamos aqui, organizados e não vamos sair de dentro da Câmara de Vereadores até o Projeto de Lei nº 20 ser rejeitado. Obrigada.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Vitória Cabreira. Convido para fazer uso da palavra o Sr. Glauco Marcelo Aguilas Dias, representante do Conselho Municipal de Educação.

SR. GLAUCO MARCELO AGUILAS DIAS: Saúdo a todos e todas, em especial as comunidades escolares pela realização das eleições nas escolas. Nós, do Conselho Municipal, nos sentimos participantes desse processo, pois exaramos uma manifestação votada por unanimidade em plenário defendendo a realização dessas eleições. O Conselho Municipal de Educação é um organismo que normatiza e delibera para o seu sistema de ensino e também tem como atribuição de zelar pelo cumprimento das leis e normativas, fiscalizando a sua execução para o bom andamento do ordenamento democrático. A atual legislação da gestão democrática contempla e institui três pilares fundamentais: o conselho escolar, como órgão máximo de deliberação da escola; a descentralização financeira, e a eleição de direção propriamente dita. Focando na eleição, ela é feita por chapas, a lei prevê a eleição por chapas. A comunidade escolhe uma dupla ou um trio, e não somente um dos membros da direção, evitando surpresas pós-eleitorais. O segundo aspecto é a valorização da autonomia da escola, porque cabe aos conselhos escolares iniciar e encaminhar esse processo. A terceira, que é mais importante, é a paridade, ou seja, o peso do voto é 50% para professores e funcionários e 50% para pais de alunos. Por que essa paridade? Porque a escola tem como especificidade o ensino, que é ministrado por profissionais habilitados para tal, com conhecimento técnico, a quem cabe formalizar o planejamento didático-pedagógico em consonância com os projetos pedagógicos das escolas. Há que se considerar que esses profissionais, em razão de anos de estudo, formação específica, docência e experiência escolar, dominam os processos pedagógicos que fazem esse espaço escolar funcionar. Do PL em tramitação, algumas questões se colocam: De quem é essa demanda? Houve discussão e consulta com as comunidades? O que que ele modifica? Ao invés de fortalecer o poder da comunidade, como ele diz, na verdade ele transfere para SMED todo o poder sobre o processo. O conselho escolar não é reconhecido e nem citado no projeto. Ele acaba com a paridade, transfere para o seguimento dos pais, mães, alunos 70% do peso do voto e apenas 30% para os professores e funcionários. Isso

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

fragiliza o papel pedagógico nas relações e os princípios de convivência construídos coletivamente através do diálogo. O voto não paritário desequilibra as relações e também as responsabilidades de cada segmento dando margem para manipulações que contaminam os processos democráticos. Ele estabelece um peso de decisão maior para os segmentos leigos da comunidade escolar e que podem incidir sobre a solução de possíveis diferenças conceituais e de concepção do papel do professor e na liberdade de ensinar. Isso pode acarretar acirramento entre os segmentos, incluindo distorções que favoreçam afrouxamento de limites da escola em relação a estudantes e suas famílias. O terceiro aspecto desse PL, e que é o pior deles, é a respeito da destituição do diretor com base em resultados insatisfatórios do desempenho escolar. Esse aspecto é um dos mais nocivos do projeto, essa possibilidade coloca a direção da escola como a única responsável pelo desempenho do aluno, quando, na verdade, a responsabilidade é do conjunto da escola, em especial e principalmente do gestor da Secretaria de Educação, a quem cabe a garantir a infraestrutura predial, material e de recursos humanos, e também do prefeito, a quem cabe garantir o funcionamento das políticas intersetoriais de saúde, assistência, moradia, trabalho, saneamento, enfim, um conjunto de ações que concorrem para o sucesso escolar, em especial das comunidades de periferia. A lei que vige já permite à comunidade escolar destituir a direção e também, quando ocorrer irregularidades, instala-se sindicâncias, seguida de processo administrativo. Ela já apresenta procedimentos para coibir e responsabilizar o descumprimento legal ou quando ocorrerem erros de conduta por parte dos gestores escolares. Imagina se esse tipo de medida de avaliação anual com possibilidade de destituição fosse aplicada ao prefeito, os secretários e aos Srs. Vereadores. (Palmas.)

Por fim, quero concluir dizendo que a SMED não cumpre as metas e estratégias do Plano Municipal de Educação, dentre elas a meta sete que prevê a Avaliação Municipal de Educação Básica de forma participativa, envolvendo todas as instâncias da gestão democrática do sistema, com atenção para especificidades locais, sem perder de vista as diretrizes dos planos de educação. Este PL, de certa maneira, é uma forma de relegar essa meta, aprovado pelas comunidades e por esta Câmara, e se ela fosse implementada, certamente seria um avanço do processo de qualificação da aprendizagem.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

Por fim, o Conselho Municipal de Educação solicita à Câmara Municipal que promova um amplo debate com as comunidades escolares. Este PL não pode ser votado da maneira proposta; é isso que as comunidades esperam dos representantes do povo, que eles aprovem, que configurem e expressem os anseios da população. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Sr. Glauco. O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Senhoras e senhores, eu agradeço; fiquei porque o tema do meu maior interesse no meu mandato político é a educação. Embora eu esteja aqui sozinho, sendo desrespeitado por alguns, acho que deveriam dar o exemplo como mestre que são, eu não me sinto sozinho, eu represento a parcela da população da Porto Alegre que me elegeu. Nós temos aqui 200 e poucas cadeiras, e eu, graças a Deus, tenho 9.400 votos como vereador – falo por essas pessoas. E de novo digo que o principal objeto do meu interesse é educação.

Eu fiquei feliz que o pessoal da Gabriel Obino está aqui, porque eu conheço a Gabriel Obino como conheço a IEI Carlos Alberto Tejera De Ré, como conheço a Vila Limite, como conheço a maior parte das comunidades em Porto Alegre. Como vi na escolinha da Vó Georgina que fica lá perto, crianças que... Quem é que conhece a tia Georgina? O pessoal lá conhece, fica do lado da EMEF Gabriel Obino, e as Crianças com 12 e 13 anos não sabem escrever. Eu acho lamentável. Não, na Creche Cantinho da Vó Georgina, no contraturno, senhora, no contraturno, que é importante, que tem que haver. Eu fiquei feliz porque eu ouvi, na sinceridade da professora – desculpe, professora, seu nome? Maria José – que nós estamos aqui para defender um projeto político-pedagógico. Eu acho que é isso mesmo, eu acho que a senhora disse aqui exatamente o que está sendo defendido. Eu não tenho razão nenhuma para defender o prefeito Marchezan. Vitória, eu sou a favor do meio passe estudantil, eu sou a favor de escolas técnicas, eu sou a favor de escola de turno integral – falo por mim. Vi aqui que a nossa querida estudante que veio junto aqui, a Thais, ou foi a professora que disse que o diretor da escola não é responsável pelo IDEB. Se eu acreditar que o professor da escola não é o único responsável, também posso

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

acreditar que o prefeito não é o responsável pelos desmandos que estão acontecendo na cidade. Ou o diretor... Se o diretor não for o responsável, o prefeito também não é responsável. E todos nós somos responsáveis! Todos nós somos responsáveis, e, da escola, o maior responsável é o diretor. Eu fui secretário; na minha secretaria, o maior responsável era eu – não me eximo das minhas responsabilidades. Quero dizer que nós temos que separar o que está sendo discutido aqui. Se a questão é da democracia, como a Thais falou, tem gente que sabe muito bem o que está dizendo aqui e tem gente que infelizmente não sabe o que está dizendo aqui, porque o projeto... Eu posso discutir, estava falando antes, se é certo que o professor tem que ter nove anos para concorrer – posso discutir isso na lei e tentar pensar uma emenda. Se é certo que no primeiro ano em que não se alcançou o IDEB, o professor tenha que ser removido e se chame nova eleição – posso discutir. Agora o que eu não posso discutir e o que não é verdadeiro é que este projeto não está aumentando a democracia na escola. Aumenta, sim. Ele pode estar retirando... Aí, desculpe-me dizer o seguinte: posso desagradar a todos aqui; aliás, vou perder todos os votos que nunca tive, porque o que não estou vendo... Mas não é para o bem de vocês – a moça que aplaudiu – porque, se vocês estão aqui com o objetivo de angariar apoio político, a coisa mais burra que vocês estão fazendo é esse tipo de coisa, porque vocês estão fazendo uma catarse, falando só para vocês mesmos. O que adianta? Vão falar para meia dúzia de vereadores do PT e do PSOL? Por acaso aqui é uma audiência pública para vocês angariarem simpatia e discutirem uma lei? Ou é uma reunião político-partidária do PT do PSOL? Se é uma reunião político-partidária do PT e do PSOL, realmente vocês têm razão de estar transformando isso aqui num comício! Agora se é uma audiência pública para...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Será que um professor dá aula com aluno gritando lá no fundo?

(Manifestações nas galerias.)

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Então é por isso que o IDEB está do jeito que está. Se quem deveria dar o exemplo... Eu vou esperar que os professores deem o exemplo.

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Por favor, colegas, vamos permitir que o Ver. Valter conclua sua fala.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Então, de fato, eu concluo: o que nós estamos discutindo aqui – eu vi isso bem claro no início – não é o projeto em si, é um projeto político-pedagógico. Nesse projeto político-pedagógico existe uma visão – essa visão tem não defensores, mas seus militantes. Eu não estou envolvido, nem na causa do governo, nem na causa de militantes políticos de uma outra vertente. Eu quero ver a educação. Eu disse: acho muito bom que nós tenhamos os professores mais bem pagos, a professora Lara me disse – a quem eu respeito – que não sabe de onde é que o professor Adriano tirou a notícia de que a média do salário dos professores aqui é de nove a dez mil reais. O professor Adriano me afirmou isso! E mais: o professor Adriano sabe, mais do que qualquer um dos senhores, que praticamente todos os dias eu ligo para ele pedindo coisas das escolas. Mas, por outro lado, eu me sinto muito constrangido em ir à maior parte das escolas, porque eu encontro esse tipo de postura que estou vendo aqui, de animosidade com um representante do povo, com alguém que está interessado em educação, não na educação do PT, do PSOL, do PCdoB – e vocês têm o direito de ter o partido que quiserem! Não na educação do PT, do PSOL e do PCdoB, e você tem o direito de ter o partido que tiverem, mas de alguém que quer lutar por educação. Para vocês, para lutar por educação tem que estar vinculado à ideologia que vocês defendem; isso, para mim, está errado! Então, eu quero dizer que eu vou continuar lutando por essas questões. Eu vou continuar lutando por uma educação muito melhor. Eu tenho a profunda convicção que a mudança que este País precisa passa pela educação, mas a mesma convicção que eu já tinha, agora olhando no seu olho, para pessoas com a senhora, que a educação estava errada porque o barro, a matéria-prima que não é aluno, mas é isso aqui, estava fazendo, infelizmente, às

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

vezes, um serviço que está equivocado, cada vez mais eu me convenço por esse tipo de comportamento. Muito obrigado.

PRE4SIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver. Valter. A Sra. Angela Comunal, representante da UAMPA, está com a palavra.

SRA. ANGELA COMUNAL: Boa noite, saúdo à Mesa, com um respeito muito grande aos professores que estão aqui. Eu sou uma educadora social, venho aqui falar um pouco como representação da UAMPA e dizer que comunidade escolar – se a gente for falar sobre comunidade escolar, é toda aquela comunidade ali que está no entorno daquela escola, pais, funcionários que muitas vezes moram no local. Então as associações de moradores também fazem parte desta comunidade escolar. E o desrespeito que eu vejo, e, desculpa, Ver. Valter, sim, eu acho que a gente aqui fala um pouco sobre política. E qual é a política que este governo está colocando em Porto Alegre? Gestão democrática. Beleza. Quando ele consegue fazer essa discussão com a comunidade escolar sobre as mudanças – ele conseguiu fazer isso? Não. Ele conseguiu fazer isso quando mudou várias questões nas escolas. Estou falando aqui só da educação, não vamos falar nem da assistência social, nem da saúde, nada tem a questão democrática da Prefeitura. É isso que este governo está tentando fazer nesses três últimos anos. Uma questão, quando ele fala sobre contraturno. Eu sou educadora social, serviço de convivência, daí é da área da assistência, educação social. A diferença, e a gente, sim, dá aula, a gente faz oficina com alunos gritando, dentro da sua realidade. Eu dou aula lá na Vila Pinto, na Bom Jesus – tem um aluno aqui que está presente hoje. A questão do controle social, como a Prefeitura vê isso? Tirando os movimentos sociais dessa discussão, há essa discussão, a UAMPA tem cadeira nos conselhos, da assistência, da educação, e tem um projeto retirando os movimentos sociais dessa discussão. Que gestão democrática é essa? Se a gente for falar de gestão democrática, o que é Orçamento Participativo, que não tem mais, que não existe mais no formato que era? O desrespeito que a Prefeitura está tendo com os professores. Não tem nenhuma discussão, todas as questões aqui, e a questão da eleição... Eu sou mãe, agora sou avó e voto nas eleições de diretores escola. A gente está acabando um pouco com

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

isso, não vai ter mais isso por esse projeto de lei. E de que forma está sendo colocado isso? O que eu vejo é que nem o secretário, nem o prefeito e talvez nem alguns vereadores - o vereador que falou um pouco antes de mim - conhecem a realidade das comunidades. Provavelmente, nunca colocaram os pés numa escola da EMEF Morro da Cruz, na EMEF Prof. Judith Macedo de Araújo, na EMEF América - estou falando da área em que eu moro, que é no Partenon - ou na Escola Nossa Senhora de Fátima onde uma professora foi agredida. Não colocam os pés lá para saber o que aqueles professores, o que aquela comunidade escolar, o que aquele diretor, aquela equipe diretiva passam. Teve uma situação... Eu sei que já passou meu tempo, mas só para colocar a questão da merenda que foi muito falada e depois passou. A gente não falou mais isso, e agora está se pegando num outro viés. São três anos dessa administração, e fecham, agora, com um projeto de lei que tira todo poder, praticamente, da comunidade escolar. Quando eu falo comunidade escolar, não falo só do funcionário, da questão professor e do diretor, mas, sim, da comunidade escolar, até da própria associação de moradores onde tem membros da comunidade escolar, pais, avós e parentes desses alunos. É isso o que a gente tem que ouvir. Não sei se eu posso falar isso, até porque eu tenho um aluno aqui, acho que a gente tem que ter o respeito, mas fora! Acho que é isso que a gente tem que pedir, e a gente não está falando de partido ou de sigla, vereador, a gente está falando numa questão democrática que é importante na comunidade escolar. Obrigada...

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, senhora Angela Comunal. A Sra. Russel Terezinha da Rosa, membro da Frente Gaúcha Escola Sem Mordaça, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

SRA. RUSSEL TERESINHA DUTRA DA ROSA: Boa noite. Eu estou aqui, hoje, como professora, representando a Frente Gaúcha Escola Sem Mordaça, mas eu estou aqui hoje principalmente como ex-aluna da EMEB Doutor Liberato Salzano, onde, no contexto da ditadura civil e militar, um contexto opressivo de silenciamento, professoras extraordinárias atuavam nas brechas das políticas públicas da época.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

Eu estou aqui hoje em defesa da legislação vigente, que o Projeto de Lei do Executivo nº 20/2019 pretende revogar, legislação essa que orientou a eleição de diretores, o que esse projeto de lei fragiliza, fragiliza o princípio constitucional da gestão democrática e da autonomia escolar. Enquanto na lei vigente os votos para a direção são divididos de forma paritária - 50% para o segmento professores e funcionários e 50% para o segmento pais e alunos -, no projeto de lei o segmento pais detém o percentual de 50%, que, somado ao percentual de 20% do segmento dos alunos, chega a 70%, impedindo professores e demais servidores de influírem nos resultados das eleições. E mais: a destituição do diretor pode ser reivindicada a partir de requerimento do segmento pais, sem a consulta aos demais. Além disso, no projeto de lei, a comissão eleitoral é composta pelos assessores da SMED, a qual tem o poder de decidir sobre recursos de impugnação de candidatos, sendo que o gabinete do secretário ocupa a última instância decisória, em um expediente de clara centralização de poder. Já na lei vigente, com base no Regimento Interno Escolar - omitido no projeto de lei atual -, as decisões são descentralizadas e tomadas pelo conselho escolar e pelas comissões escolares eleitorais. O projeto de lei do executivo desequilibra as relações de poder nas instituições educacionais, restringindo a atuação dos servidores, os legítimos representantes do Estado, em um contexto de periferias urbanas em que o poder público costuma ser ausente, representado quase que exclusivamente por meio de escolas de ensino fundamental, porque até mesmo as de educação infantil são feitas por meio de parceria. São raras as outras instituições de garantias de direitos do cidadão, tais como serviços de saúde, assistência social e justiça. Nesses territórios também são incomuns equipamentos culturais como bibliotecas públicas, museus, teatros ou espaços para a prática de esportes. Também são poucas as opções de trabalho e de geração de renda, havendo risco de o poder local ser estabelecido por narcotraficantes, milícias ou líderes religiosos fundamentalistas. Quais as consequências dessa estratégia de esvaziamento da participação dos servidores na escolha da direção das escolas nesses contextos? No projeto de lei também se percebe um deslocamento do princípio da gestão democrática para uma concepção empresarial de gestão de pessoas e de administração competitiva com o controle de metas aferidas a partir de avaliação em larga escala de desempenho de estudantes. A duração do mandato da direção é condicionada ao resultado do IDEB, igual

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

ou superior a sete. Tal meta parece ignorar que a média em países desenvolvidos é seis. Além disso, as escolas municipais atendem populações com maiores taxas de desemprego e de vulnerabilidade social, acolhem estudantes com deficiência, muitos deles rejeitados pela rede privada de ensino, e essas informações não são consideradas na produção do IDEB. Ainda que o projeto de lei aparente valorizar o segmento pais, não faz referência à participação da comunidade escolar na elaboração do projeto político-pedagógico que o senhor vereador aqui desconhece como um conceito presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Palmas.) O projeto de lei só menciona a coordenação da implementação desse projeto político-pedagógico, mas não a sua discussão pela comunidade escolar como muito bem falou a pessoa que acaba de me anteceder aqui na tribuna. Por fim, o projeto de lei demonstra pouca disposição do poder executivo municipal em assegurar a autonomia escolar, a participação dos professores e servidores na gestão democrática e a valorização dos profissionais da educação, em uma afronta a princípios constitucionais previstos no art. nº 206 e na LDB, fragiliza os coletivos escolares a fim de abrir o espaço, o caminho, para a privatização. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, professora Russel Terezinha da Rosa. O Sr. Volnei Picolotto, representante do Movimento em Defesa da Educação, está com a palavra.

SR. VOLNEI PICOLOTTO: Boa noite a todas e todos; saudando o Ver. Alex Fraga, saúdo todos os vereadores, a deputada Sofia; secretário da Educação e todas as entidades presentes. O Movimento em Defesa da Educação é composto por entidades representativas de pais e mães, UDFRGS, Andes, UBES, UNE, CPERS, Sinpro, várias identidades – campanha nacional em defesa da educação. O nosso movimento é contra esse projeto; primeiro, porque ele fragiliza a gestão democrática; segundo, porque o atual prefeito está no final do seu terceiro ano de gestão e resolve, quase no final da sua gestão, mandar um projeto que impacta nas escolas e muda as regras do jogo. Qual é o objetivo de fazer isso no final da gestão? Desviar o foco dos reais problemas da educação do Município de Porto Alegre. Nós temos um plano nacional de educação, nós temos planos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

estaduais e planos municipais de educação. Vamos citar três metas do plano nacional: universalização da pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos – Porto Alegre está longe atender; a distorção idade/série – Porto Alegre está estagnada nos últimos anos; na atual gestão está estagnado o índice de alunos com diferença da série que deveriam estar no ensino fundamental; escola de tempo integral – Porto Alegre avançou até 2015, de 2016 para 2018 caiu em mais de 40% o número de alunos das séries iniciais no ensino integral. E nas séries finais caiu em quase 60% o número de alunos nas séries finais do ensino integral. Outra questão: o atual prefeito quer terceirizar a responsabilidade. O atingimento de metas educacionais é uma responsabilidade conjunta, principalmente do prefeito e do secretário que ele coloca como seu representante na educação. Então qual é o objetivo? É terceirizar? Vereadores – aqui temos o Ver. Prof. Alex, o Ver. Marcelo, o Ver. Adeli, o Ver. Comassetto e o Ver. Valter –, se é nessa lógica de responsabilização, de terceirizar responsabilidades, que tal incluir uma meta nesse projeto que responsabilize o secretário e o prefeito? Se a cidade não atingir essas metas do IDEB, demite o secretário e afasta o prefeito!

Para finalizar, vamos discutir os reais problemas da cidade na área da educação. O financiamento da educação pública está sob um ataque; no ano que vem acaba o Fundeb, não é? O prefeito está gastando energia, e os vereadores aqui de Porto Alegre, como vai a defesa do Fundeb? Vou citar outro item que ajuda a financiar a educação de Porto Alegre, para concluir: o ICMS. O índice de participação dos municípios da cidade de Porto Alegre terá uma queda de mais de 4% no ano que vem; Porto Alegre vai perder, do montante total do Estado, 4%. Nos últimos cinco anos, Porto Alegre perdeu mais de 20%. Cadê a gestão, gente? Falta gestão. Então vamos discutir o financiamento da educação e os problemas reais. Chega de terceirizar responsabilidades!

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Sr. Volnei Picolotto. Nós temos ainda presentes na sessão o Ver. Cassio Trogildo, o Ver. Valter Nagelstein e a Ver.^a Karen Santos. A deputada estadual Sofia Cavedon está com a palavra.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

SRA. SOFIA CAVEDON: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Parabéns pelo lindo processo democrático que realizaram – pude acompanhar em cinco escolas, em nome da Comissão de Educação da Assembleia, que votou que nós acompanharíamos esse processo para legitimá-lo, para garantir que fosse respeitada a eleição soberana das comunidades escolares, dentro da regra vigente. Dizer que me emocionei em várias escolas pelo processo verdadeiro, secretário, pedagógico, pelo envolvimento de pais e de estudantes, pelos planos de trabalho expostos nas paredes, pela motivação exposta na parede, pela vivência democrática e da corresponsabilidade que eu enxerguei, testemunhei – não precisaria, porque conheço essa rede, mas quero dar esse testemunho.

Em segundo lugar, dizer que a eleição de diretores é um momento da democracia na escola, um momento mobilizador. Não é possível desconhecer o órgão máximo da escola, que é o conselho escolar, as regras do sistema, que democratizam, desde a escola até o sistema. Não é possível que esta Câmara... E aí gostaria que os pares – convivi com muitos aqui – soubessem que todas as leis da gestão democrática foram resultado de conferências de educação, de constituinte escolar, de muito debate intenso nas comunidades escolares. A lei que criou o Sistema Municipal de Ensino estabelece, inclusive, que, a cada quatro anos, deve haver uma conferência municipal de educação, secretário, e que teria que acontecer. Poderia ter feito a revisão, a atualização, a reflexão sobre a atual lei de eleição de diretores e as demais leis, como a lei do conselho escolar. Cada uma dessas legislações evoluiu a partir de processos coletivos de reflexão da rede municipal de ensino, superando o antigo colegiado, que tinha hegemonia de professores e funcionários – 75%, lembram? Acho que a maioria de vocês não viveu o colegiado, mas eu vivi essa transformação, e os pais eram uma minoria de 25%. Ora, o que está proposto aqui é um retrocesso, porque se evoluiu para uma harmonia e uma corresponsabilidade entre servidores, quadro permanente da escola, professores e alunos, portadores do direito à educação, mas que não são permanentes, que são transitórios na escola, que não são os profissionais da educação. O diálogo entre esses segmentos é a busca de uma corresponsabilidade em harmonia, em evolução, em escuta permanente através das instâncias democráticas de participação. Portanto, quero dizer à Câmara que peça, que exija do governo municipal que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

realize a conferência que ele deveria ter realizado, soberana e participativa. E que ele, como disse aqui o conselho de educação, realize a construção de um sistema participativo de avaliação, porque é muito pouco considerar o IDEB como o indicador da qualidade da educação, porque nós sabemos que um indicador, de um momento. E nós sabemos que o IDEB faz a leitura, por exemplo, da evasão escolar. A evasão e a reprovação escolar são de responsabilidade do Município de Porto Alegre, do conjunto das políticas, das várias áreas que têm que atuar na promoção da inclusão, da permanência e do sucesso escolar dos estudantes. Por isso eu também entendo, Volnei, que essa lei, desta maneira, é uma desresponsabilização do governo - do governante - do secretário, do prefeito, com o resultado escolar, pois passa tudo para o diretor de escola, e se desresponsabiliza. Ele que tem que garantir um processo coletivo de formação permanente, formação, inclusive, para a gestão democrática, formação para a vivência no conselho escolar, formação para eleição de diretores, formação para a compreensão dos planos pedagógicos, compreensão do papel de pais e estudantes, como muito nós fizemos. Eu me lembro, quando secretária educação, de fazemos um grande encontro dos conselhos escolares, para, inclusive, os pais e estudantes se responsabilizarem pelo resultado da educação, pelo compromisso com as regras, pela vivência plena da gestão democrática.

E quero, por fim, como última colaboração, dizer que o professor e o diretor não são os únicos responsáveis. O que nós estamos vivendo na rede municipal de ensino é algo impensável. Nunca pensei que os nossos professores tivessem, secretário, mensalmente, que ter renovado o seu regime de trabalho. Mas que desrespeito com o profissional da educação; se ele é contratado para 40 horas, assim ele tem que ser respeitado, assim ele precisa ter a garantia do ano inteiro, das férias, do 13º salário, como nós consagramos no plano de carreira. E se o Ver. Valter não tem a amorosidade, receptividade na escola, porque ele e seu partido destruíram o plano de carreira, aceitaram embaixo, destruíram o plano de carreira dos professores e professoras, carreira que estimula e valoriza a formação permanente, e que assinam embaixo na contratação temporária de professores! Onde que se viu na história da rede municipal não ter concurso, não ter quadro concursado aguardando nomeação! Nunca! Infelizmente, secretário, o senhor inaugurou a temporalidade e a fragilidade dos vínculos em Porto Alegre, coisa que nós nunca deixamos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

passar, e que isso, sim, enfraquece, desvaloriza e desqualifica a educação, não pela qualidade dos profissionais, mas pela intermitência, pela fragilidade dos vínculos, pela destruição das equipes dos grupos que têm que se responsabilizar. Invista na formação, invista na parceria com o grupo de professores e funcionários e você vai ver mudança no resultado da educação. Peço à Câmara que respeite esse lindo processo da rede municipal de ensino. Viva a educação municipal de Porto Alegre.

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Quero saudar o Ver. Professor Alex, também os demais colegas, Marcelo Sgarbossa, Comassetto, Karen, saudar a deputada, sempre vereadora, Sofia Cavedon - prazer em te rever, Sofia. Dizer, Sofia, que a Câmara continua fazendo grandes debates, mesmo sem a tua presença aqui. Tenho certeza de que a Assembleia Legislativa ganhou muito com a tua ida para lá, não só a tua, a do Maroni, do Dr. Thiago e da Fernandinha lá no Congresso Nacional. O Melo passou antes pela Prefeitura, mas o Sabino, meu colega, claro, também é deputado. Hoje de tarde tivemos uma sessão que se estendeu, Prof. Alex que estava aqui, em que foi difícil de fazer o debate, professora Lara, porque a democracia está de certa forma invertida, as pessoas não querem mais escutar, as pessoas têm posição formada sobre tudo e nada que se fale que seja um pouco divergente é possível de se debater. Então, quero dizer para vocês que está difícil fazer política, está difícil ser vereador, está difícil representar o povo e está difícil também todas as demais representações. Isso não é culpa de ninguém individualmente, mas está faltando muita tolerância. Eu creio, Jonas, que houve um processo de extrema intolerância - eu estou falando com o Jonas, e ele nem me olha - em toda a discussão que houve aqui sobre a questão dos servidores. O governo, Marcelo, encaminhou alguns projetos que entendia que eram importantes. Eu até fiz uma crítica, Jonas, outro dia, que eu até quero retirar em relação ao Simpa. Acho que o Simpa cumpriu o seu papel; talvez não tenha, na minha posição, e é só a minha, defendido a categoria, porque fez a crítica direcionada a desgastar o Paço Municipal. Pegou vários vereadores e botou em *outdoors* dizendo que eles eram contrários à cidade. Eu quero dizer que a mim não afeta, porque eu

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

tenho muita consciência do que representa o meu mandato, Cabreira, filha de um grande amigo, que hoje representa a UMESPA e sei o que eu represento para a cidade. Não é nada de muito importante, mas tem um valor pequenininho para aqueles que aqui me colocaram. E o Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, naquele processo todo, não veio fazer a discussão, lara, com os vereadores para, Ver. Adeli, tentar alterar algumas coisas que lá estavam postas. Simplesmente pegaram e transformam em adversários, inimigos, a grande maioria dos vereadores. E os vereadores, na sua maioria, votaram integralmente com aquilo que o governo havia proposto. Não houve exercício da dialética e não foi por falta de nossa parte; nós estávamos aqui, Sofia, à disposição.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Se vocês quiserem falar, eu paro um pouquinho; se vocês quiserem falar, eu paro um pouquinho, porque eu vou ouvir todos. Aliás, tem uma Mesa aqui que falou muito...

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Eu peço que seja garantido o espaço de fala do Ver. Cassio Trogildo.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Muito obrigado, Presidente. Na Casa do Povo, que acolhe a todos, acho que o mínimo que se pode ter é um pouco de educação quando se trata de educação. Eu vou ter com todos que vierem aqui na tribuna, independentemente do que disserem. E eu quero dizer que eu já escutei bastante, eu não estava aqui, estava no meu gabinete escutando todos que falaram. E tem uma Mesa gigantesca aqui, que pensa toda igual, só tem o secretário que vai apresentar o projeto do governo. E eu ouvi todos que falaram. Então, só gostaria de poder continuar aqui muito tranquilamente, desenvolvendo o meu raciocínio. Eu creio que todos que governam têm méritos e têm seus deméritos. Eu não sei se o Lula teve mérito ou demérito de criar o IDEB. Escutem, esperem um pouquinho, eu já estou em dúvida se o Lula teve mérito ou demérito em criar o IDEB. Eu realmente, com tudo o que eu escutei aqui sobre esse tema... Mas eu não quero me

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

atentar a isso, eu falei o Lula porque ele era o Presidente, foi ele que criou o IDEB. O Bolsonaro ainda não criou nenhum outro índice que nos afete, mas, se criar, eu vou falar nele também, porque eu não tenho problema nenhum de falar nele. Agora, foi o Lula que criou o IDEB em 2007. Eu depois vou continuar ouvindo e vou me convencer se o Lula estava errado, ou se estava certo.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Que bom, estava certo. Então, se o Lula estava certo, Ver. Engº Comassetto, talvez esteja correto aplicar os números do IDEB na educação em Porto Alegre. Mas escutem um pouquinho, vai ter gente que vai falar mais como vocês pensam cem por cento, escutem um pouquinho do contraditório, porque, de repente, alguma coisa vocês podem extrair desse exercício do contraditório. Eu não vou me alongar muito, mas eu queria... Eu olhei um pouco o projeto, estou me atentando muito às proposições que o Prof. Alex tem feito, estou me atentando muito às proposições construtivas que o Prof. Alex tem feito, acho que o Prof. Alex está num caminho interessante, só não quero aqui descredenciá-lo, porque daqui a pouquinho eu começo a elogiar o Alex, alguém vai achar que o que o Alex está propondo não tem mais valor. Mas o Prof. Alex está fazendo uma leitura e uma tratativa que é de construção; às vezes, nem ao que está posto; às vezes, nem o que se achava como o ideal.

Eu quero só abordar uma outra questão para reflexão. Nós recebemos o fórum dos diretores, está aqui a professora que veio nos apresentar. Professora, escutei atentamente aquele dia da reunião de líderes, pode ter certeza de que muitas das considerações que a senhora fez, passei a refletir. Quando eu ouvi alguns falando aqui, eu não sei bem, porque eu não estava aqui, falaram em paridade. Pois, Sofia, nós estamos tratando aqui dos conselhos municipais. Quando se fala em conselho, não pode ser paritário, ele é tripartite; e quando se fala em paridade, não serve, Comassetto. Eu ouvi alguns aqui defenderem que a paridade na eleição do diretor é uma cláusula pétrea, que não pode ser alterada. Pois eu queria refletir um pouco mais sobre isso, porque o que é paridade exatamente? Ter o mesmo peso naquilo que representa. Pois nós temos - para quem não tem os números, e

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

eu confirmei agora há pouco com a Secretaria da Educação -, na rede própria, que aqui vai ter essa alteração, através do projeto, até 47.769 alunos, nas EMEBs – Escola Municipal de Educação Básica –, nas EMEFs – Escola Municipal de Educação Fundamental –, e nas EMElS – Escola Municipal de Educação Infantil –, quase 50 mil. Se botar dois pais por aluno, dá quase mais 100 mil, ou seja, nós falamos de uma comunidade...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Podem deixar eu terminar? Eu estou falando em comunidade escolar. Mas mesmo que seja somente um pai ou só uma mãe, porque só um vota, dá 100 mil pessoas. E de professores e funcionários não chegam a cinco mil. Então, eu queria só deixar essa reflexão, de uma proporção de 100 mil para cinco mil, qual é a paridade que é justa? Obrigado.

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver. Cassio Trogildo. Convido a fazer uso da palavra agora o Sr. Adriano Naves de Brito, secretário de educação.

SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: Muito boa noite, Presidente Prof. Alex; muito boa noite aos vereadores que ainda estão aqui, muito obrigado pela presença; e muito boa noite àqueles que estão aqui para serem informados e discutirem esse tema importante, que é a gestão e a eleição dos diretores, o tema da educação. Fico muito feliz de participar desta discussão, e participar nesta Casa. Quando se fala em debater democraticamente, nós não podemos, nunca, tergiversar sobre o lugar em que se pode fazer isso da melhor maneira, que é uma instituição que nós criamos exatamente para isso, que é o Parlamento. Cabia ao Executivo, e isso é parte do jogo democrático, preparar uma proposta e colocar essa proposta nesta Casa, para que esta Casa faça exatamente o que está fazendo, chamar as partes envolvidas, aquelas que quiserem vir; se outros não vieram, paciência. Se nós temos aqui um grupo, que é mais homogêneo, isso também é parte do jogo democrático. Estamos aqui discutindo o projeto de lei, que, brevemente, será apreciado pelos vereadores que aqui estão, e eles terão a palavra, porque eles são os legítimos representantes do povo, porque

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

foram eleitos para tanto. Então, fico muito feliz de estar aqui, muito feliz de debater um projeto de lei que nós pensamos com muito cuidado. Eu queria começar dizendo qual é o objetivo desse projeto de lei, que foi uma pergunta que apareceu reiteradas vezes aqui: o objetivo desse projeto de lei é, ao fim ao cabo, melhorar a educação em Porto Alegre. Esse é o objetivo. Esse é o objetivo de todos nós que estamos aqui. Nessas galerias estão professores, estão diretores, e é óbvio que o interesse de todos esses trabalhadores pela educação é o interesse por melhorar a educação em Porto Alegre. Então nós não temos um objetivo que seja diferente deste, o que nós podemos ter é uma visão diferente de como é que a gente pode alcançar este objetivo, mas isso faz parte também do jogo democrático, que são visões diferentes sobre alcançar objetivos. Por que isso vingou na sociedade humana? Vingou porque ninguém é dono da verdade, e os caminhos pelos quais a sociedade avança, são caminhos que ora vão para o lado direito, ora vão pelo centro, e são caminhos que oscilam e nós podemos fazer tentativas, podemos fazer experimentos e assim avançamos. Agora, nós não podemos fazer experimentos se nós não temos um cenário de estabilidade democrática para discussão franca, aberta, do que está se propondo, e, em algum momento, uma deliberação de um Parlamento que foi eleito para isso, porque, afinal de contas, em algum momento essas discussões têm que ter um fim para que a gente passe à ação. O nosso objetivo é o mesmo de todos vocês, o objetivo deste governo é melhorar a educação, e nós estamos avaliando que, para melhorar a educação, nós precisamos fazer algumas mudanças naquilo que está colocado há pelo menos duas décadas, duas décadas e meia, três décadas. Então, houve um caminho que foi trilhado, e esse caminho, quando a gente olha o resultado, não é um caminho de três anos, a minha gestão na secretaria está chegando ao final do terceiro ano, esse resultado não foi o resultado desse processo, foi um resultado de muitos anos passados, de décadas, e é preciso então apresentar a esta Casa alternativas para que a gente consiga, finalmente, melhorar a educação, se não conseguirmos, espero que outros projetos venham, mas venham também discutindo as virtudes e também os vícios, obviamente, das decisões que aqui foram tomadas e daquilo que nós propusemos, foram tomadas a partir da proposta do Executivo. A responsabilidade do Executivo é exatamente propor ações, executar políticas, o Executivo tem um poder enorme, porque o Executivo tem a caneta na mão e o Executivo

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

pode fazer acontecer. Então a responsabilidade do Executivo é essa. Agora, o Executivo não pode fazer isso sem aqueles que lá na ponta realizam um trabalho – neste caso, aqui, na discussão que nós estamos tendo – educativo. É óbvio que a responsabilidade pelos resultados educacionais passa pela ação do Executivo que tem que propor alguma coisa, tem que fazer as suas ações e tecer as suas políticas, mas passa por aqueles que executam, lá na ponta, esse trabalho. Então é uma ação, uma responsabilidade compartilhada que todos nós temos.

Nós estamos, então, fazendo a nossa parte para alcançar esse objetivo. Fizemos isso, quando no início deste governo nós fizemos mudanças que foram mudanças significativas, mudanças que criaram resistências, e compreensíveis resistências, porque, afinal de contas, era a vida dos professores que estava organizada de um certo modo, mas organizada de um modo que não podia, na avaliação deste que aqui está e deste governo, favorecer ao aluno, não tinha o aluno no centro das decisões da escola. O segundo objetivo desta proposta é, na mesma direção do que nós fizemos antes, que o aluno ocupe novamente o centro gravitacional das decisões na escola. E esse é um processo que passa, sim, por mudar, como foi mencionado aqui em outras vezes, as articulações, o modo como funciona e são tomadas as decisões dentro da escola. Nós precisamos mexer com isso de modo a favorecer que o centro das decisões seja novamente o aluno.

Eu escrevi um artigo na semana que passou, e vocês todos leram esse artigo, eu tenho certeza, que dizia exatamente isso, que muita gente toma a eleição dos diretores como uma das causas pelas quais a escola pública piorou de qualidade. Muitas pessoas manifestam essa opinião e essa não é uma opinião correta, essa opinião é uma opinião equivocada, porque ela faz uma confusão, compreensível, mas faz uma confusão entre alguma coisa que é causa de outra e alguma coisa que acompanha a outra. Ocorre que...

(Manifestações nas galerias.)

SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: Se vocês me deixarem concluir, explicar...

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Por favor colegas, vamos respeitar a manifestação do senhor secretário!

SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: Isso para dizer o seguinte: alguma coisa que acompanha um processo, mas que não é a causa desse processo. De fato, o processo de piora da educação pode ser temporalmente colocado ali no momento em que a escola se torna mais democrática, em que o País se redemocratiza e abre as portas da escola para incluir pessoas. O grande desafio da comunidade brasileira era a universalização do ensino. Nós ainda temos um desafio em vários lugares a cumprir, no que diz respeito à quantidade. Não é o caso de Porto Alegre, nós universalizamos a educação fundamental, nós universalizamos a pré-escola, falta ainda a de zero a três anos, mas o grande desafio do Brasil era abrir a escola para todos, que ela fosse para todos! Com alguma limitação, nós fizemos um bom trabalho.

(Manifestações nas galerias.)

SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: Se nós olharmos para os últimos 30 anos, é um bom trabalho que foi feito por todos os governos que ali estiveram no sentido de atender ao maior número possível de crianças. O que nós não conseguimos fazer ainda é que essa educação seja de qualidade, e esse agora é o grande desafio. Nós temos um enorme desafio que é o desafio da qualidade da educação. Produzir qualidade na educação não é tão simples quanto produzir vagas na educação. Se nós olharmos os sistemas educacionais pelo mundo, vamos ver a diferença que há entre isso. Para que se produza qualidade na educação, por outro lado, não podemos ter a escola funcionando, senão tendo como seu centro gravitacional os alunos; mas, para isso, nós precisamos envolver as famílias. Então, um outro objetivo fundamental deste projeto é que as famílias sejam mais ativas e mais participantes na escola. Nós ouvimos aqui, do Ver. Cassio Trogildo, um número que é eloquente com respeito aos números de pessoas envolvidas nesse processo. Eu vou acrescentar a isso a responsabilidade dos pais e o desejo dos pais com respeito aos seus filhos. Ainda que nós possamos dizer que nestas regiões onde as nossas escolas estão,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

nós tenhamos famílias com dificuldades, famílias em vulnerabilidade, eu acho que seria uma grande injustiça com a história da educação brasileira se nós não defendêssemos o direito dos pais de participarem na escola. Nos anos 1980, quando foram construídas as políticas educacionais, que em Porto Alegre vicejaram muito bem, nós éramos defensores do poder popular. O que nós temos que fazer é ainda defender o poder popular, mesmo que essa população seja, como foi chamada aqui, leiga. Não importa que a população seja leiga no sentido de que ela seja pouco letrada. Talvez isto esteja no horizonte de muitos: a população que nós servimos na periferia é pouco letrada e, por isso, deveria participar menos. Pelo contrário, essa não era a defesa naqueles anos de 1980, em que nós fizemos a redemocratização do País e que nós defendíamos a autonomia e o poder popular, porque eles, apesar do que diziam, sabiam o que precisavam. E essas populações precisam de boa educação. Essa boa educação passa pelo fato de os pais poderem participar na escola e serem atraídos pela escola. Agora, eles não vão participar na escola se a decisão que eles puderem tomar não for uma decisão que tenha peso efetivo para mudar a escola. Se nós olharmos o resultado das eleições que foram feitas agora, nós vamos ver que a participação dos pais nesse processo foi muito pequena comparada com o número que foi apresentado pelo Ver. Cassio Trogildo. Ele falou que, de 50 mil pais, nós não temos a participação de 1,5 mil pais nesse processo. Nós falhamos, nesses anos todos, em atrair os pais para a escola, e nós temos que olhar isso com seriedade. Nós falhamos em tê-los juntos para inclusive cobrar do poder público melhores condições, condições mais condizentes. É muito diferente vir até a secretaria com um grupo de 50 professores, mil professores, do que vir até a secretaria um grupo de 50 mil pais, 40 mil pais, 30 mil pais para mudar a educação no Município. Portanto, uma regra importante nesse projeto é que a gente traga os pais novamente para a escola e para as decisões da escola, para que a gente mude, portanto, o modo como as decisões são tomadas. Eu queria falar ainda um pouquinho, se me permite mais dois minutos, para explicar a questão, agora, da avaliação da qualidade, rapidamente. Ao longo desses anos todos, também das últimas décadas, foram criados na educação brasileira vários critérios de avaliação. Um deles, como foi mencionado aqui, foi o IDEB, que é um critério que junta dois fatores, um que é o fluxo do aluno, mas também a proficiência do aluno, e o que nós estabelecemos nesse projeto é o

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

seguinte: a escola que não tiver o 7 no IDEB pode ser suscetível à aplicação de um referendo, se não houver um progresso de 2% na proficiência do aluno, que é um progresso muito pequeno, mas é um progresso. A proficiência é medida numa escala de 0 a 500, se escola tiver 200 de média entre português e matemática, que hoje é medido, ela tem que ter, no ano seguinte, por exemplo, 204. É muito pequeno e é proficiência, isso é apenas aprendizagem. Isso, sim, traz o compromisso daquela gestão com o avanço da educação na escola. Há algumas coisas aqui que é importante dizer que não são verdadeiras. Não é verdadeiro que nós estamos aqui afetando a gestão democrática, pelo contrário, nós estamos democratizando ainda mais e colocando no centro das decisões quem deve estar no centro das decisões, democraticamente, que são os alunos, e, colocando os seus representantes, os pais, que são aqueles que nós servimos com essa educação no centro dessas decisões também. Não é verdade que nós estamos trazendo para o centro do governo, nos incumbindo de tarefas. Não é tarefa do governo, sobretudo, ensinar as crianças; é tarefa do governo dar as condições e faz parte dar condições, mudar o modo como estão organizados os procedimentos da escola que tiraram o aluno do seu centro gravitacional, fizeram algo que, lamentavelmente, nos levou a que todos os benefícios que foram concedidos não tivessem convertido para melhoria. É interessante dizer e ouvir que é preciso investir em educação para ver resultados. Porto Alegre é uma exceção que não confirma essa regra. Porto Alegre investiu muito, nós temos uma das melhores, a melhor remuneração entre todas as capitais brasileiras, nós temos um orçamento, nós temos a menor rede pública estatal entre as capitais brasileiras, a menor. Portanto, condições de poder fazer excelentes resultados, mas nós não conseguimos fazer isso...

(Manifestações nas galerias.)

SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: Pessoal, nós estamos num debate público, eu ouvi a todos...

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Vamos permitir que o secretário encerre a sua fala. Por favor secretário, para encerrar.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: Vocês têm a chance de ouvir o secretário de educação, façam-no em silêncio para que eu possa me dirigir a vocês.

(Manifestações nas galerias.)

SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: Isso é um debate. Vocês falam tanto em diálogo, o diálogo não é só quando vocês falam, é quando eu também posso dizer o que penso. Eu vou ouvi-los, mas vocês têm que me escutar. Estou há duas horas escutando todas as manifestações, por favor, deixem que eu termine.

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Vamos esperar que o secretário se manifeste, já que ele é o proponente do projeto. Estamos aqui para tentar, minimamente, abrir um diálogo com a Secretaria Municipal de Educação. Então, vamos esperar o secretário concluir.

SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: O diálogo não dói tanto, a gente tem que estar apenas paciente para esse diálogo, então, ouçam, por favor, e eu vou concluir. Depois a gente passa para outras manifestações que podem divergir do que estou dizendo. Nós, em Porto Alegre, falhamos naquilo que nós fizemos, por que os resultados são, apesar desses investimentos, um dos piores dentre as capitais brasileiras. Então, na verdade, é responsabilidade, sim, do poder público fazer algo para mudar essa situação. Nós fizemos, desde o início desse governo, várias medidas, e faremos outras tantas quantas necessárias, discutindo com essa da Casa, inclusive, outros projetos de leis passarão por aqui ou passaram por aqui, para que a gente melhore. Agora, esta é uma responsabilidade que nós não vamos cumprir sozinhos. Várias vezes, perguntaram-me, quando nós começamos a relatar que nós tínhamos condições de trabalho e de salário que eram os melhores do Brasil, se isso era um problema. Claro que não é um problema, isso é um problema a menos. Nós olhamos a situação do Estado e vemos que nós temos lá um problema enorme, porque nós não podemos remunerar professor. Eu sou professor há 30 anos e acho que o professor tem que ganhar bem. Então, isso é um problema a menos, e

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

eu fico muito feliz de não precisar tirar do orçamento algo mais para remunerar os professores, porque nós estamos com uma remuneração que, na verdade, não é aquilo que o Valter disse. Nós temos uma média, hoje, para os professores da ativa, de R\$ 11.500,00.

(Manifestações nas galerias.)

SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: É uma excelente média para professor com 40 horas e com dedicação exclusiva. Estou terminando. Eu prometo que estou terminando, não dói tanto, não dói tanto calma, calma. Ouçam um pouquinho mais. Portanto, eu queria dizer o seguinte: queria recomendar a esta Casa, estou aqui para fazer esse debate e vou voltar a falar depois das falas que virão, mas eu estou à disposição dos vereadores para explicar cada um dos detalhes, cada uma das razões daquelas mudanças que fizemos, cujo centro foi, como eu disse desde o início, colocar o aluno no centro gravitacional da escola, trazer os pais para a escola, porque a nossa visão é no sentido de que os diretores fazem a diferença e os pais fazem muito bem à escola. Vamos trazer os pais de volta, vamos colocar esses alunos no centro e vamos melhorar os resultados de aprendizagem, porque isso é que faz a autonomia das pessoas que nós tanto prezamos, que são os nossos alunos, que são aquela população que nós servimos. Muito obrigado, desculpem por eu me estender um pouco mais, mas o tema exigia. Muito obrigado.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, secretário Adriano. Muito obrigado pela colaboração e manifestação nas galerias. Antes de dar sequência, com a manifestação das inscrições da plateia e dos demais vereadores inscritos, eu gostaria de alertar o secretário Adriano Naves de Brito que entre os vários índices que compõem a nota do IDEB, um deles é a distorção idade/série. E com a retirada de centenas de milhões de reais da assistência social, o senhor prefeito Nelson Marchezan Júnior está dificultando o seu trabalho e o trabalho dos futuros diretores das nossas escolas. Portanto, não é apenas com

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

o trabalho de sala de aula, mas também a assistência social, a segurança, entre outras políticas públicas.

Eu gostaria de convidar para fazer uso da palavra a senhora Elizabeta Massera, diretora eleita da EMEF José Mariano Beck.

SRA. ELIZABETA MASSERA: Eu não sei se me dá alegria ou tristeza estar nesta Casa, porque é um cansaço, não é? A gente já esteve tantas vezes aqui lutando por tantas coisas! É bom citar a FASC porque eu trabalhei por 15 anos na FASC, está a Márcia Gil ali de frente para mim, muito me arrastei embaixo de viaduto buscando crianças e adolescentes drogaditas ou na exploração sexual, fazendo um esforço muito grande para nós conseguirmos resgatar essas crianças e que elas fossem para a escola, e assim nasce a EPA, e assim nascem tantos serviços que hoje já não existem mais, e a escola, que a gente sempre diz que é a última trincheira – e pena que o vereador saiu daqui... Secretário, só queria lhe dizer uma coisa: é tanta incoerência, tanta incoerência no que o senhor disse que o senhor não precisaria vir para cá sentar com os vereadores, eu sentaria com o senhor por 15 minutos e o convenceria para que o senhor não colocasse esse projeto, porque é tão absurdo dizer que nós diretores... Eu, hoje, eleita, e tenho muito orgulho de dizer que quase 500 pessoas votaram e obtive oito “não” de colegas meus, e sei por quê; dois “não” da comunidade entre alunos, que não sei de quem é, de alunos e pais; e quatrocentos e não sei quantos votos. Nós, trabalhando, sequer fizemos campanha, sequer eu fiz um panfleto para panfletar alguém, sequer eu fui para rua buscar voto de alguém. A minha candidatura veio dos alunos, o que me fez decidir concorrer justamente foram os pais e os alunos, não foram nem meus colegas, e hoje a maioria dos meus colegas aqui acredito que foi no mesmo nível, porque nós não temos nem tempo. É tanta incoerência, meus caros vereadores, que ele diz assim: “o foco é o aluno”. Como se hoje a gente não tivesse isso! Está lá, na década de 70, no acordo da Usaid, que já veio isso de lá e vem se construindo por décadas, como ele disse. Mas hoje os pais não estão na escola, e ao mesmo tempo em que ele disse que ele faz esse PL para moralizar, porque nós perdemos o foco, que não é mais o centro da nossa atenção o aluno, ao mesmo tempo ele faz uma portaria, uma determinação de que se faltar algum professor, quem tem que ir para sala de aula é equipe

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

diretiva, que é SOE, coordenação de turno, supervisão, então a gente não trabalha na escola fazendo o que a gente tem que fazer, que é o foco do aluno, aí já começa a incoerência mais grave de todas: o foco é nosso aluno, que precisa o professor ter atenção da supervisão; precisa o aluno e professores terem atenção no SOE; a coordenação de turno que é a primeira a dar acolhimento do aluno, por qualquer motivo, que seja doença, seja indisciplina, e esta equipe todinha sai para suprir a demanda da secretaria. Por quê? Por falta de professor! Que foco é esse que a secretaria está falando? Nós que perdemos o foco? De onde isso? (Palmas.) Aí ele vem dizer que vai democratizar. Bom, nós só conseguimos concorrer - e aqui vários disputaram com duas chapas, o que não foi nosso caso lá - porque há uma crítica da comunidade que uma nova gestão tem que nascer. Ao mesmo tempo que ele disse que tem que democratizar, ele quer fazer um mandato de cinco anos, que é um absurdo, cansativo, forçado. Que democracia é essa? A comunidade não é leiga? Não, não é leiga, porque ela que se impõe para que haja uma nova eleição, a gente se articula, é óbvio, para nós buscarmos o que é melhor também para a comunidade escolar. Em contrapartida o secretário diz que a gente está burlando o processo, porque, na realidade, ele está dizendo isso, mas quem está burlando o processo - e nós falamos em democracia -, quem é leigo é o secretário, porque ele não sabe o que é democracia. Então nós estamos falando uma língua, e ele está conjecturando outra coisa, que eu não sei qual é o conceito. Universalidade. Nessa semana a gestão atual pediu, nós temos demanda há cinco anos de abertura de mais uma turma de primeiro ano, uma, porque nós poderíamos abrir mais uma. Ele negou a abertura de turma de primeiro ano. Nós com lista de espera de crianças para primeiro ano na Bom Jesus, como agora eu ouvi falar aqui. Agora, ele desconhece também que, lá na Bom Jesus, nós estamos sob o jugo da BNC, nós temos nas classes escrito BNC: bala na cara. Ele vai lá? Não vai, porque ele vai tomar uma bala na cara, porque lá, nós estamos com "bafo na nuca" dando aula; lá nós estamos até agora - os formandos de nono ano - sem professor de matemática que não foi substituído. Esse é o foco do aluno? De onde? Como que uma turma de 9º ano se forma sem ter professor de matemática? Esse é o foco dele. Então nós perdemos? Não, não perdemos! Secretário, eu lhe convido e aos vereadores para nos visitar lá na Bom Jesus, para ver a situação que nós estamos, dando banho em aluno pelas condições de vida

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

miserável que estão, de a gente ter que trocar roupa na escola para as crianças não sofrerem *bullying*, de nós termos que estar comprando comida, às vezes, porque falta, porque não é entregue no dia, e uma série de coisas que a gente tem que estar fazendo, como sair para rua para buscar aluno na Busca Ativa, mesmo correndo o risco na comunidade. Mas isso não interessa para ele! Não tem porteiro, não tem professor, não tem funcionário e isso não interessa, porque o foco é o aluno. Não, o foco é o secretário, de vender uma política... Eu me lembrei sabem de quem? Da Clênia Maranhão. Sabem o que ela dizia? “Meus caros companheiros, não caiam no canto da sereia”. Ela dizia assim, nos ironizando, aqui na plenária, várias vezes eu ouvi isso dela. Agora eu estou dizendo para o secretário: o canto da sereia nós não caímos mesmo, nem do sereio – se é que existe. Vamos continuar lutando, sim, e simplificando para ele: democracia seria só ele ter colocado esse PL há uns seis meses, abrir discussão com a categoria, com o sindicato, com a ATEMPA, conosco. (Palmas.) Isso é democracia! Muito simples, gente: é abrir a discussão! Mas não; larga, na finaleira, e impõe o risco de quê? O risco de não ter ninguém para concorrer. Se esse PL passar, nós deveríamos fazer isso mesmo: ninguém concorrer! Obrigada.

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado Elisabeta. Convido para fazer uso da palavra a Ver.^a Karen Santos, pelo tempo de cinco minutos.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa noite, primeiramente quero saudar os professores e as professoras que estão até esse horário, depois de uma carga horária de trabalho corrida no dia de hoje; quero fazer uma saudação também que eu acho importante – a gente está combinando as lutas pela educação pública – à continuidade da greve dos professores da rede estadual, que estão entrando na segunda semana de mobilização, também resistindo a esse projeto tucano. É uma característica desse projeto tucano o ataque, o desrespeito e o desprezo pela escola pública, o desprezo por aqueles trabalhadores que dão seu sangue, que dão sua vida para dar vida dentro de uma das instituições que são uma das poucas que acessam o coração da periferia, sim! O que que significa esse projeto de educação de fundo que vem sendo implementado não só no

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

Município, mas no Estado e no Brasil inteiro? Agora, com o Projeto Future-se, o governo também vem atacando a autonomia das universidades brasileiras. O que se combina? O que se articula? Eu acho importante também a nossa luta e a nossa crítica estarem articuladas. Qual é a necessidade hoje desses governos que vêm retrocedendo de uma forma histórica todos os nossos direitos trabalhistas e sociais? Qual é o interesse deles? Um povo que saiba nada mais, nada menos do que ler e somar? É um projeto de escravização moderna que está em curso. Não é à toa toda essa precarização, não é à toa todo esse desmonte, não só da educação, mas de todas as instituições públicas que minimamente atendem a massa dos trabalhadores do nosso País, que moram nesses grandes centros urbanos chamados de periferia, de vila e de morro.

É importante a gente estar conseguindo ter essa solidariedade ativa por um projeto nosso de educação, que paute, sim, a questão da autonomia, que paute, sim, a questão da gestão democrática, que paute, sim, a necessidade de mais investimento. Esse ataque ideológico que este governo vem, continuamente, fazendo... Não é à toa que, desde o início do governo Marchezan, ele vem atacando as escolas públicas, a educação municipal. Não tem impacto orçamentário nenhum o que ele vem fazendo, é um ataque ideológico para tentar deslegitimar e nos desmoralizar. A gente não pode mais acreditar que simplesmente essa democracia representativa aqui que a gente fala, fala, fala e nada muda vai garantir os nossos direitos de fato. Eu acho uma baita de uma falta de vergonha quando o secretário vem aqui e pauta que esse é um espaço representativo sendo que o nosso povo, de fato, não está representado dentro dessas cadeiras do Parlamento! Ou mais da metade da população é empresário, é acionista, tem rabo preso com alguns dos grandes negócios dos grandes investidores da cidade? Eu não vejo representados aqui trabalhadores, eu não vejo representadas aqui mulheres, eu não vejo representados aqui negros e negras, eu mal vejo aqui representados professores da rede do Município. Infelizmente, este Parlamento não representa boa parte das necessidades do nosso povo porto-alegrense. (Palmas.) E toda vez em que a gente chama uma audiência aqui, parece que é para ficar chovendo no molhado, porque o plenário fala uma coisa, o secretário aqui segue com a sua agenda. E, sim, tem correlação de força para votar. Não é à toa que, nesses 10 meses que eu estou aqui dentro da Câmara, tudo aquilo que foi proposta do governo foi votado sem debate,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

sem democracia, de forma autoritária. Então acho que a gente precisa ressignificar a ideia que o secretário colocou aqui de poder popular. Infelizmente, não se expressa aqui dentro, nessas cadeiras. Como é que a gente consegue usar o nosso potencial de educadores e educadoras que somos para disputar opinião pública, e não só de quatro em quatro anos, na época eleitoral, mas para disputar nas trincheiras de luta que estão acontecendo neste exato momento? Amanhã tem um ato muito importante, às 16h, dos servidores públicos estaduais. É tarefa nossa estar lá compondo essa crítica também sobre esse projeto. Ao não estarmos articulados, isso vai nos derrotando paulatinamente. Eu acredito muito na defesa desse projeto ativo de democracia representativa, onde o povo é o protagonista, usando aí os palcos das ruas, onde a gente consegue ser mais efetivo.

Em relação a esse projeto que está sendo votado, eu acho que tanto o conteúdo do projeto expressa que quem escreveu não conhece a realidade das escolas da rede do Município, tanto também que as emendas que foram sendo propostas pelo Ver. Ricardo Gomes, que a gente tem que estar atenta: gestão por 15 anos consecutivos, essa possibilidade é um absurdo! A possibilidade também de eleição no meio do ano, galera, em julho! Isso desrespeita o calendário escolar, desrespeita as férias de inverno, atrapalha a gestão da escola! Então, são emendas também que em vez de vir para melhorar o projeto, vem retroceder ainda mais esse entendimento de gestão democrática. Eu não entendo qual é a dificuldade do secretário de ouvir a comunidade escolar! Participar não só das audiências, mas vá lá no conselho, onde estão os pais, onde estão os estudantes, onde estão os professores, para entender qual é a lógica. Lá é que está a comunidade escolar! Infelizmente, o nosso povo tem dificuldade, e com esses empecilhos que vêm sendo criados, que faz a gente trabalhar cada vez mais, recebendo cada vez menos, o nosso povo simples, as nossas comunidades têm dificuldade de estar conseguindo participar das reuniões. Isso é um fato. Quem mora em comunidade como a Bom Jesus, sobretudo quando tem toque de recolher, sabe que é difícil, muitas vezes, os pais estarem conseguindo dialogar e participar ativamente da vida escolar. As pessoas trabalham, as mulheres têm dupla, tripla jornada de trabalho, a gente tem que reconhecer o exercício que os professores fazem, a cada campanha, de estar convencendo eles a estarem participando desse pleito.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

Democracia pressupõe debate, pressupõe um diálogo. E a forma com que está colocada hoje, minimamente avança, nesse sentido. Não é todo poder para uma comunidade que vem sendo cada vez mais sucateada, alienada, e colocar simplesmente, na posição dos pais, uma ideia de democracia. Democracia pressupõe instrução, pressupõe conhecimento, pressupõe participação no cotidiano da escola. (Palmas.) A forma com que expressa hoje tem que avançar, mas até para avançar, a gente demandaria mais debate, mais articulação, tal qual a Sofia colocou na fala dela. Muito obrigada.

PRESIDENTE PROFESSOR ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado Ver.^a Karen Santos. O Sr. Angelo Barbosa, representando a EMEF Saint Hilaire, está com a palavra.

SR. ANGELO BARBOSA: Boa noite a todos os presentes, eu agradeço à Mesa e gostaria de começar dando parabéns a essas comunidades que elegeram no dia 21 de novembro, seguindo a lei vigente, seus diretores. Parabéns a essas comunidades, que sem nenhum tipo de orientação da Secretaria Municipal de Educação, conduziu um processo, pela primeira vez, na história dessa secretaria educação, não houve orientação alguma a esse processo. Eu gostaria de dar um parabéns especial a pelo menos três escolas que elegeram diretores, as suas “gabrieles sem proficiência”. Nós temos, pelo menos, três escolas, Pepita de Leão, Saint Hilaire e Porto Novo, que têm ex-alunos da rede municipal, esses que não têm proficiência, como seus novos diretores. Parabéns a essas comunidades. Eu gostaria de falar, não dizer que esse projeto é bom ou ruim, porque bom ou ruim é uma mera questão de opinião, vamos falar sobre as incoerências, as inconsistências desse projeto. Esse projeto tem uma incoerência interna muito grande que já foi levantada pela Rosele, por outras pessoas, porque ele propõe maior participação das comunidades e, dois anos depois, esse voto não vale nada porque o referendo dos pais só pode uma vez salvar o diretor. Essa é uma incoerência interna do projeto. Além disso, existe uma incoerência com o próprio proponente do projeto. O proponente fala em participação mais ativa das comunidades e, se não me engano, a última vez em que as comunidades foram chamadas pela Secretaria de Educação foi através de um *link* divulgado na rede social, em que as pessoas tinham que ter acesso à internet, tinham que saber preencher um formulário para,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

depois desse formulário preenchido, serem ainda permitidas ou não a participar dessas reuniões da Secretaria de Educação. Me parece que essa Secretária não é muito afeita à participação das comunidades, e não estranha que eles coloquem coisas que não tem nexo algum dentro do seu projeto. Eles não conhecem participação! Além disso, esse projeto parece tirar da cartola números, assim como o vereador trouxe números, que eu acredito que ele recebeu de maneira equivocada, sobre quarenta e cinco mil pais. Em primeiro lugar, é um pai por família, e uma família tem muitos alunos. Então, não é cada um dos alunos vai ter um responsável. Só aí, os números já caem muito. (Palmas.) Além disso, desses tantos pais, a minha escola, por exemplo, teria hipoteticamente 700 pais, 100 foram votar. Os pais não são presença obrigatória nas escolas, devemos trazê-los mais. Na minha escola, são muito presentes, ainda assim, no dia da votação, foram 100 pais votar. É o mesmo número que eu tenho de servidores na escola. Outros números foram apresentados, e eu só quero fazer um adendo: eu tenho 60 horas, ganho FG e não ganho R\$ 11.000,00, infelizmente. (Palmas.) Mas, quando o secretário fala sobre quem é o responsável, sim, o diretor da escola é o maior responsável da escola. O maior responsável não significa que ele seja culpado por tudo o que aconteça, é aquele que deve responder que, por exemplo, não teve um RH completo. Responder, como no caso da minha escola, que não tem professor da SIR – Sala de Integração e Recursos há um ano e que, quando teve agora, das 80 horas a que nós temos direito, nós tivemos 20 horas somente. Essa é a resposta que nós devemos dar quando formos intimados a falar sobre os resultados da escola. Eu não sou o único responsável, o secretário é, como tanto foi dito, responsável também. O secretário deve responder. Nós, como estamos desde o início desta gestão, estamos à deriva, estamos sozinhos. Recentemente, nós perguntamos para a Secretaria de Educação como devemos proceder em relação à eleição de diretores. Nós não recebemos uma negativa, nós não recebemos uma afirmativa, nós não recebemos resposta alguma! Como querem me responsabilizar se o maior responsável – e peguem o radical dessa palavra – pela educação do Município não responde pela educação e não nos responde?! (Palmas.) Eu não vou ficar adiando indefinidamente meu tempo, eu agradeço a atenção que vocês me deram, e esses segundos ficam de brinde.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Muito obrigado, Angelo. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Uma boa-noite a todos e todas, eu acho que o Ver. Eng^o Comassetto faz bem, quer falar quando o secretário tiver voltado aqui para ouvi-lo. Eu acho que faz bem, é correta a postura do meu companheiro; eu já não fiz tanta questão, porque a frieza do secretário me impressiona e acho que não adiantará nada ele ouvir as nossas colocações – é um receio íntimo, talvez eu esteja errado, Ver. Cassio, assim como o senhor fala com uma determinada frieza que me assusta muitas vezes.

O primeiro ponto que eu quero falar é em relação a quem está aqui presente, a plateia, principalmente, vocês que estão sentados aqui nas galerias. É uma pena que o Ver. Valter Nagelstein não esteja mais aqui. Não foi o seu caso, Ver. Cassio Trogildo... Vocês foram muito tranquilos em todas as manifestações do Ver. Valter. É normal que alguém reaja com um suspiro, mas ninguém aqui gritou, ninguém aqui fez uma manifestação que impedisse a fala do Ver. Valter. No entanto, ele já colocou em vocês a pecha de que vocês não podem, não conseguem, não têm discernimento para escutá-lo, e isso é muito grave, isso revela uma estratégia para mostrar que vocês são adversários dele, eu quero alertar para essa questão.

A segunda questão que eu trago – eu anotei várias coisas, não vou falar todas – é a questão que o secretário traz aqui, é uma fala comum dentro do governo, de que o lugar do debate nesta cidade é a Câmara Municipal de Porto Alegre, é aqui o lugar, é aqui que as pessoas foram eleitas. Essa visão idílica de democracia – e está falando aqui um vereador eleito – talvez engane alguns, porque, se vocês tivessem acompanhado, hoje à tarde, a votação de um projeto que tratava da extinção dos fundos, a Ver.^a Lourdes, do MDB, da base do governo, apresentou uma emenda ao projeto que foi aprovada. Nós apresentamos uma emenda, a bancada do Partido dos Trabalhadores, no mesmo teor, salvando alguns fundos da lei, fazendo exceção, e o nosso foi derrotado, ou seja, aqui quem é o autor, quem assina embaixo determina o destino do projeto. Esse é um dos tantos limites dessa democracia parlamentar, como é o fato de que muitos vereadores podem votar cegamente num projeto como esse simplesmente por fazerem parte da base do governo. É normal, é do jogo

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

político, mas não há um debate verdadeiro, informado... Secretário Adriano volta ao plenário. Secretário, eu dizia aqui da sua visão, talvez idílica, da forma como o Parlamento funciona. Eu fico me perguntando, sempre que um gestor precisa fazer algo, como encaminhar um projeto de lei, ele deve se perguntar qual é o problema, qual é o problema que ele está enfrentando e qual é a solução que ele apresenta para esse problema. Eu fui na justificativa, não sei se todos e todas leram a justificativa do projeto de lei, provavelmente não foi escrito pelo senhor, é assinado pelo prefeito, eu consigo dividir em dois grupos a justificativa. Uma que trata da atualização da lei, aqui está dizendo, nos quatro primeiros parágrafos, que a lei anterior precisa ser atualizada, não diz bem como, diz que há uma certa falta de clareza, fala a palavra “atualização” diversas vezes, depois chega o momento de não saber mais que sinônimo usar e usa a palavra “*aggiornamento*” – eu achei interessante, sou professor de italiano e gostei de ver essa palavra aqui. Então é uma atualização em italiano também, pois bem. Depois, a segunda parte fala em maior participação. Eu fiz um cálculo aqui, o Ver. Cássio fez um cálculo, fez os 100 mil por cinco mil. Eu fiz um cálculo rápido, também, e não sou da área das ciências exatas, mas fiquei colocando uma outra variável. Digamos que os profissionais passem oito horas por dia dentro da escola, isso vezes 60 minutos, são 480 minutos; portanto, por dia, passam 28.800 minutos dentro daquele estabelecimento escolar. Quanto tempo fica um pai, Ver. Comassetto, ou uma mãe dentro do estabelecimento? Eu lamento muito, mas vejo que alguns pais e mães mal conseguem ir buscar os seus filhos na escola. Então, se é para medir matematicamente, termos um raciocínio assim tão simplista, eu diria que os pais, infelizmente, não estão tão apropriados daquela questão escolar. Então, secretário, para terminar, eu colocava aqui qual o problema que a Secretaria Municipal de Educação quer enfrentar. Eu não sei se o senhor, nas inúmeras escolas que deve ter visitado na cidade – e falo aqui com uma ironia, logicamente –, recebeu demanda dos pais. “Olha, Sr. Secretário, eu sou um pai e gostaria de participar mais, mas a gestão não permite. Nós somos um grupo de pais, queremos tirar essa direção”. Eu acho que o senhor não recebeu nenhuma dessas demandas; se recebeu, seria importante o senhor trazê-las, porque o debate envolve, justamente, trazer os problemas, inclusive, os que venham da comunidade escolar como um todo. Então, me parece que não há um problema a resolver; se há, é um problema

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

que justifica a apresentação de um projeto como este. Então, gostaria de pedir – acho que ainda há tempo – que o governo reconhecesse e que, no mínimo – já que gosta de falar em italiano, gosta de falar em *accountability* –, falasse também em *timing*, em perda de *time*. Acho o governo encaminhou muito tardiamente este projeto. O prefeito Marchezan falou naquele encontro do MBL que queria mudar a cidade de um jeito que depois eles – talvez achando que vocês são os “eles”, ou que nós somos os “eles” – não possam mais fazer mudanças para voltar atrás. Só que erraram o *timing*, este projeto, talvez, se tivesse chegado antes, teria algum sentido. Mas chegar justamente quando as escolas estão em processo de eleição, é justamente um atropelo e uma atitude totalmente desmedida. Obrigado.

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver. Marcelo Sgarbossa. O Sr. Marcus Vinicius Martins Vianna está com a palavra.

SR. MARCUS VINICIUS MARTINS VIANNA: Cumprimento a Mesa e todos os colegas pelo nosso esforço que mostra a importância que a gente dá para o nosso trabalho, sobretudo, da comunidade que ainda está aqui. Acabaram de sair daqui os estudantes da Escola Gabriel Obino, da turma de EJA. Só para ilustrar um pouco a situação que a gente vive: ontem, no domingo, nós, da Escola Martim Aranha, no grupo de WhatsApp, tivemos a triste notícia da morte de um estudante da Totalidade 4 da EJA, em plena Semana da Consciência Negra, vítima, provavelmente, de violência devido à sua raça. Eu digo isso por quê? Senhor secretário – ele está conversando com a Rosele –, a nossa divergência é uma divergência de fundo, é porque o senhor, apesar de ser filósofo, está defendendo aqui praticamente que a educação é uma mercadoria, o que falta não é uma gestão, praticamente os diretores e as diretoras têm que ser gerentes desse processo. Por isso que depois de três anos – acho que se os colegas, os estudantes e a comunidade fossem chamados – não debatemos aqui política pedagógica. Em três anos, eu não vi uma linha da SMED dizendo quais são os temas, quais são as metodologias, quais são os objetivos para a gente, de fato, melhorar educação em Porto Alegre. (Palmas.) Por que a educação, felizmente, é um ato demorado, é um ato lento, é um ato humano. A educação, felizmente,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

é um trabalho – quero cumprimentar os colegas, estão de parabéns, nós vamos continuar –, e a educação é um trabalho humano que vai passar por este governo. Eu quero ser bem breve aqui na minha colocação e dizer o seguinte: o projeto que está sendo encaminhado aqui pelo Marchezan não é muito diferente do que já foi encaminhado no Chile, que é de tratar o serviço público apenas como uma forma parcial de o Estado atender à população, e o que basta para o governante é arrecadar impostos e jogar para a ciranda financeira. É isso o que o prefeito vem fazendo, inclusive, culpabilizando os servidores pela crise que a gente vive. Vejam o que está acontecendo no Chile, nós podemos evitar isso aqui em Porto Alegre, podemos evitar fazendo exatamente o que estamos fazendo agora, mas debatendo, secretário, com argumentos. A gente poderia, já em março do ano que vem, começar o ano com um encontro pedagógico da nossa rede. Vamos chamar os pais, vamos chamar as mães, vamos encontrar todos os professores e professoras, as direções eleitas. Eu quero fazer um chamado à Câmara de Vereadores, a todos os vereadores e vereadoras que estão aqui, eu quero que vocês respeitem a lei vigente de Porto Alegre, façam parte de um grande acordo político que possibilite que os diretores e diretoras eleitas exerçam o seu cargo, para que a gente possa, no ano que vem, debater a nova lei sobre gestão democrática da escola. Até porque tem uma outra lei votada nesta Casa, a que eu tenho várias contrariedades, que é o Plano Municipal de Educação. No Plano, debatido nesta Casa, existe a meta da gestão democrática.

A gente não está falando de um processo como se a escola fosse uma lanchonete, e a lanchonete é sempre muito importante, mas, para fazer um sanduíche, a gente pode ter meta, a gente pode melhorar a gestão do trabalho e fazer um sanduíche com maior qualidade e de forma mais rápida, poupando recursos da lanchonete. Mas, quando a gente trata de estudante, como estavam aqui os estudantes de EJA e da Gabriel Obino, a gente está tratando de humanidade, de pessoas, talvez até estejam tratando da formação da força de trabalho em Porto Alegre, mas isso não se faz com metas, isso não se faz com letra fria. Então eu peço aqui – não vou usar todo meu tempo – que a gente debata o PL nº 020 e todas as incongruências no ano que vem e que, sobretudo, saia um acordo desta audiência: que todos as direções eleitas, de fato, possam assumir e fazer o seu compromisso democrático, tal qual a eleição do dia 21 de novembro e a legislação vigente defendem e

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

impõem. Esse é o acordo. Podemos começar o ano, em março, fazendo um encontro pedagógico; depois de três anos, talvez, no último ano de governo, vamos, de fato, debater como melhoramos a educação de Porto Alegre. Isso nós, da ATEMPA, e todos os professores e professoras aqui temos pleno acordo, vir sempre para a Câmara para debater essa forma de metas, acho que não vai nos ajudar muito. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, professor Marcus Vianna. O Ver. Engº Comassetto está com a palavra.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Quero cumprimentar cada uma e cada um dos educadores, toda a comunidade escolar aqui presente. Nós, da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE, há poucos dias recebemos as comunidades escolares, deputada Sofia e secretário Adriano, pedindo o debate sobre o Projeto de Lei do Executivo nº 020/19. Naquele momento, tiramos uma posição da CECE e recomendamos: cumpram a lei e realizem as eleições, conforme está previsto na Lei nº 7.635. Isso foi feito; portanto, secretário, democracia é cumprir a lei. E nós esperamos que a Secretaria da Educação cumpra a lei, reconhecendo e dando posse legal a toda a comunidade escolar que foi eleita. Por que isso? Porque tem uma lei vigente; inclusive, como aqui é um diálogo que nós temos que fazer, tirar proposições, Ver. Prof. Alex, eu já recomendo às entidades que entrem com mandado de segurança preventivo para garantir o mandato de todas as comunidades que se envolveram, trabalharam e elegeram, por quê? Porque o Ver. Valter, que veio aqui, que não está mais, que é o autor do projeto da lei da mordaza, da escola sem partido, juntamente com o Ver. Ricardo Gomes, já apresentou um projeto de lei dizendo que, mesmo tendo sido feita essa eleição, em julho do ano que vem, tem que haver novas eleições, destituindo esses professores. Ele não fez isso! O Ricardo Gomes e seu partido foram expulsos, pelo Marchezan, da Prefeitura. Ele não fez isso para apoiar o Marchezan, ele fez isso por uma questão ideológica da visão da escola sem partido, ou seja, da lei da mordaza. Então, o Valter, quando vem aqui discutir que essa é uma questão ideológica, é; é uma questão ideológica, sim. Mas o secretário Adriano, que defende aqui a democracia, que assumiu esse papel aqui, a Lei nº 7.635, que foi aprovada no dia 18 de novembro de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

1993... Tem 26 anos essa lei. E essa lei é boa ou não é boa para a cidade? Eu não vi nenhuma entidade aqui, nenhuma representação dizer que essa lei não serve para a cidade de Porto Alegre. Portanto, a lei, para ser revista, é uma lei que não serve, que não presta. Essa lei é uma lei eficiente para a cidade de Porto Alegre. Mas, agora, está em moda desconstituir os processos de educação no Município, no Estado e na União. Pode perceber que isso é uma política que vem de cima a baixo, secretário. Portanto, nós temos, sim, que cumprir a lei. Ver. Cassio, o IDEB foi feito no governo Lula, é verdade, pelo melhor secretário de educação que este País já teve, que foi o Fernando Haddad. Quero dizer ao senhor que em 2002, quando iniciamos o governo, eram destinados R\$ 49,3 bilhões para a educação do Brasil. Quando foi dado o golpe na Presidente Dilma, em 2016, eram R\$ 152 bilhões para a educação – triplicou! E aí, nessa educação, nós podemos dizer que mais de 37 mil escolas receberam recursos extras do governo federal, que significou um valor de R\$ 1,4 bilhão para aquelas escolas que não atingiam o nível do IDEB. Então, eu gostaria, secretário, que o senhor apresentasse aqui qual é o programa pedagógico e de investimento para que as escolas possam atingir o nível de educação que nós queremos – é isso o que nós temos que discutir aqui!

Eu quero dizer mais: um dos programas da Presidente Dilma foi destinar recursos para 8.664 escolas infantis, e, muitas delas, nós lutamos para Porto Alegre. Eu, particularmente, ajudei a construir uma lá no Lami, outra no Belém Novo. E a do Lageado, secretário, o senhor abandonou, roubaram as janelas, as portas. Está lá, no Lageado, abandonado aquele investimento público que não foi acabado, assim como a comunidade Chapéu do Sol está pedindo socorro para fazer reformas lá naquela escola, assim como é em todas as outras escolas do Município. Nós precisamos aqui...

Para concluir a minha fala – tinha muito mais para falar –, quero dizer ao senhor o seguinte: se é por conta da democracia, aqui todas as entidades não estão de acordo com esse projeto. Retire esse projeto, e vamos discutir, em parceria, um programa revolucionário de colocar Porto Alegre como a capital brasileira que possa ter a melhor educação do Brasil no ensino fundamental, no ensino infantil para que nós possamos fazer... Mas isso tem que ser uma construção conjunta, como foi dito aqui, Ver. Sgarbossa. Qual é a participação? E aí eu queria lhe dizer, vamos fazer um indicativo, um indicador e dizer o seguinte: aqueles

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

pais que participarem da comunidade escolar, dentro desse programa, terão direito adquirido de votar. Todos eles, se forem 10 mil pais, se os 10 mil participarem, terão direito de participar nas eleições, mas tem que ser aqueles que participam da comunidade escolar, não aqueles que vão lá e entregam a criança e depois só aparecem para reclamar do processo educacional. Nós precisamos incluir, mas tem que ter um projeto que inclua a participação dos pais na elaboração do processo educacional.

Esses indicadores que o senhor trouxe aqui, Cassio, precisamos tempo para debater isso. Não vai ser agora, no final de ano, com um projeto que tranca a pauta – e eu concluo a minha fala aqui –, não dá para querer colocar goela abaixo um projeto desses, que o governo só tem maioria aqui porque comprou os vereadores do MDB por meia dúzia de CCs – senão, não teria maioria! É isso que nós estamos discutindo. Isso não é democracia representativa, pelo amor de Deus! Secretário, retire o projeto, e seremos aliados para construir um novo projeto que revolucione a educação em Porto Alegre, com tudo o que já tem de avanço a partir dessa lei que tem 26 anos. Muito obrigado.

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver. Engº Comassetto. O Sr. Ezequiel Carvalho Viapiana está com a palavra.

SR. EZEQUIEL CARVALHO VIAPIANA: Boa noite a todos e todas. Esta noite é muito especial para nós, que estamos há 45 dias, no mínimo, envolvendo toda a comunidade escolar no processo de escolha do projeto de escola. Mesmo com a abstenção da SMED nos induzindo à ilegalidade em não cumprir a Lei nº 7.365, de 1993, que regula a eleição de diretores como uma ferramenta da gestão democrática na escola, nós – professores e professoras, trabalhadores em educação, servidores públicos, pais, mães, alunos da comunidade escolar como um todo – exercemos a gestão democrática, desde o nosso processo de instauração de comissões eleitorais e de reunião do órgão máximo da escola, que representa, por si só, a gestão democrática, envolvendo a comunidade tanto no processo de propaganda eleitoral, quanto na confecção da chapa.

Gostaria de saudar os professores e as professoras que se candidataram ao importante desafio de dirigir uma escola municipal e que fizeram, ao longo destes 45 dias, um plano

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

de gestão, que exercitaram o poder de comunicação com a comunidade. Aqui, neste espaço, a gente vê quem é que anda com a comunidade escolar, quem encheu esse plenário com a presença de mães, pais de alunos. A gente vê quem é que veio sozinho defender o seu projeto e quem está aqui com toda a base por vivenciar o dia a dia das escolas. O cenário já mostra qual é o interesse que a gente tem, quem defende a demanda popular, quem está do lado do povo e quem precisa estar para poder defender e garantir a gestão democrática. Desse lugar, nós não abdicamos, nunca iremos sair e nem deixar de falar e de defender essas pautas. Dito isso, gostaria de dizer que o governo, quando propôs esse projeto na figura do seu secretário, na figura do prefeito Marchezan, colocou que o objetivo principal seria aumentar a participação dos pais. Ora, somos nós, professores, professoras e comunidade escolar como um todo que nos engajamos, dia a dia, em aumentar a participação dos pais. A gente faz festas nas escolas, que são, muitas vezes, referência, porque a comunidade não tem um posto de saúde, não tem uma praça, não tem um território de lazer. A assistência social, pelo próprio governo Marchezan, há três anos, é desmontada. Então, nós que defendemos a escola com maior participação da comunidade, porque é ali que ela se encontra, muitas vezes, como um centro cultural, como uma assistência, como alguém para escutar, como alguém para educar, educar para a vida, e não só com português e matemática, como é o índice que ele quer nos induzir a aceitar como um regulador da nossa qualidade de educação.

Quando o governo disse que iria aumentar a participação dos pais, isso me remete também ao que ele tem feito: aumentar a participação dos pais, tirando a educação de ensino médio da rede municipal, abdicando-se de qualquer fato sobre a segurança nas escolas, tirando a Guarda Municipal das escolas, tirando os porteiros terceirizados que ele colocou para ajustar a nossa segurança. Amanhã, vai ser lançado o Previne, que é o Protocolo de Prevenção à Violência nas Escolas. Certamente, essa é uma das poucas medidas que a SMED tem apresentado e que, em geral, não conta com a nossa participação.

O governo e os vereadores da sua base falam em falta de diálogo, mas aqui a gente vê como a participação deles demonstra a vontade que eles têm de participar desses espaços, onde são convidados a nos escutar. Os poucos que aqui estavam já se retiraram, o secretário, por si só, veio sozinho, como eu já falei, e se retirou na metade da reunião

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

também. Ou seja, quem demonstra o interesse em ficar aqui até tarde da noite, depois de um dia inteiro de trabalho, somos nós. Somos nós que, há três anos, queremos ser ouvidos e somos negligenciados. O governo diz também, na defesa que ele faz do projeto, que ele quer acompanhar, que vai dar mais oportunidade de acompanhar a aprendizagem nas escolas. Ora, há três anos na minha escola, lá na Restinga, eu não recebo nenhuma assessoria, nenhuma formação, nem nada da SMED a respeito do aprendizado. Hoje, pelo contrário, eu coloco essa pauta de acompanhar a aprendizagem na associação de trabalhadores da qual eu sou diretor, junto com os colegas que me antecederam, Zezé e Marcos, que é convidar vocês para conhecer um pouquinho, um pouco do grande trabalho que a gente faz nas escolas municipais, como a exposição que remete ao trabalho de professores e professoras da rede municipal, o Novembro Negro, exposta aqui no térreo desta instituição. Passem ali vejam quem realmente toca as tarefas de educar lá na periferia de Porto Alegre, quem trabalha no dia a dia, no chão da escola, vivencia e sabe dizer, quem deveria ser mais considerado e valorizado quando a gente debate sobre as funções do nosso trabalho. Lá vocês vão ver um pouquinho do que a gente realiza e vão poder ver que certamente são essas pessoas que deveriam estar aqui sendo escutadas. Quando o governo diz que quer aumentar e, através de um PL, que vai colocar mais ameaça em cima dos trabalhadores e trabalhadoras, ele está negligenciando o seu próprio papel de gestão a educação.

Então, para finalizar, eu me dou o direito de dizer o que resta apenas ao secretário e o que resta apenas ao Marchezan fazerem em relação a esse projeto: nos escutar, nos valorizar, parar de mentir a respeito do nosso salário, parar de mentir a respeito do trabalho realizado nas escolas, valorizar quem está lá no dia a dia, garantir a gestão democrática e a vontade de 52 escolas municipais que elegeram a sua próxima gestão para três anos e dar a posse, conforme diz a Lei nº 7.365, em até 30 dias, para as direções eleitas. Essa é a tarefa do governo para o momento. Obrigado.

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ezequiel. O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

VEREADOR ADELI SELL (PT): Caríssimo Ver. Alex, componentes da Mesa, professores, diretores, comunidade escolar, a gestão atual é uma gestão Pinóquio, das mentiras repetidas. Eu lembro que o prefeito, dias atrás, ou por ignorância total e absoluta, ou por ser mentiroso mesmo, disse que o Mercado Público fechava sábados às 13h. Nunca fechou, em 150 anos, sábado, às 13h. Mentira! Outra mentira: o secretário de segurança urbana disse tudo o que tinha que dizer, e digo mais, inventou a mentira dos guardadores de carro dizendo que eram todos achacadores, meliantes, e aí por cima. Alguns são achacadores, e por isso nós temos uma lei que é o Código Penal e que pode penalizar. Mas não, mentiu para a população dizendo que não havia uma lei quando tem uma lei – é de minha autoria e da hoje deputada Juliana Brizola. Ele não coloca em prática porque, como disse da tribuna, é um medroso, um covarde, disse isso publicamente e voltou a dizer. Agora, a educação: mente sobre o salário dos professores, sobre os ganhos dos professores. Grande ganho. Nós temos que parar com isso! Os colegas já colocaram aqui que o secretário deveria retirar esse projeto e dialogar, ou melhor, escutar primeiro para depois falar, é o que a gente precisa fazer. No caso da educação, nós estamos desdenhando a história deste País e a educação pública deste País não reconhecendo o que já foi feito. Qual a formação que nós temos? Onde está a contratação de profissionais como supervisores e orientadores educacionais? Profissionais que poderiam estar nas escolas ajudando e cumprindo um papel importante. Não, não tem concurso. Mas se fala em produtividade, gerenciamento, palavras que não são, nitidamente, palavras liberais, como eles gostam de falar, são anarcoliberais, porque isso desestrutura toda a escola, desestrutura toda a rede, todas as relações sociais. A questão do IDEB, muitas vezes, desta tribuna, eu me perguntava e tentava dialogar com meus colegas aqui nesta Casa sobre os índices em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, fui conversando, discutindo, levantando e verifiquei que as grandes mazelas da nossa sociedade, como uma diretora colocou aqui há pouco, com o narcotráfico mandando em algumas comunidades, todas essas mazelas, esse tecido social totalmente desmantelado entram na escola, e o professor que é o para-raios, o diretor é o para-raios. E aí você tem, no mês de novembro, vários, vários profissionais faltantes em escolas, e aí quer se mensurar a produtividade como se fosse um botequim de esquina! Não, nós temos que trazer conhecimento, nós temos que primeiro

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

garantir a dignidade da pessoa humana para o professor, para o diretor, para as crianças, garantir minimamente. Esses dias, eu fui a uma escola, gente, não tem um profissional para cuidar da entrada e da saída das crianças, é o sujeito lá terceirizado que pega ou é um professor que tem que ficar ali. Isso é gestão? E vem falar em profissionalismo? Onde está isso? Ou como o Ver. Valter, que saiu falando da questão, criticando a terminologia usada aqui... É um desconhecimento brutal. Se eu não sei alguma coisa em termos de terminologia de um setor, de um segmento, eu vou em busca. Estou colocando rapidamente isso aqui para vocês, estamos no fim deste expediente, deste debate. Nós vamos continuar, porque nós sabemos onde fica o Timbaúva, nós sabemos onde fica o Cantagalo, nós sabemos onde estão as escolas, nós sabemos onde está o povo. E nós, professores – a minha formação é essa –, sabemos, porque eu, desde guri, entrei numa sala de aula de uma escola do interior do interior de Santa Catarina, depois fui para uma escola da periferia aqui da cidade. Eu conheço a alma de um professor, mas tem muita gente que não conhece o professor, muito menos a sua alma. Obrigado.

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Sr. Renato Nakahara, advogado da Associação Mães e Pais pela Democracia, está com a palavra.

SR. RENATO NAKAHARA: Boa noite a todos e todas, saúdo o Ver. Alex Fraga e todos os componentes da Mesa, todos os presentes. Bom, nós já fomos representados pela presidente Aline Kerber, que mencionou a posição da Associação, mas nós temos alguns pontos complementares que eu acho que merecem ser debatidos. Parece, aparenta que nós estamos discutindo o primeiro ano do mandato de um governante discutindo um projeto pedagógico, tamanha importância que é dada a esse PL nº 20; mas não, nós não estamos discutindo o modelo da Finlândia, de Portugal, nós não estamos discutindo a qualidade do ensino como um todo, ainda que o secretário tenha dito que seria de interesse de todos o discurso, a ideia de uma qualidade de ensino. Acredito que não, a Mães e Pais tem um ano de existência, menos de um ano de existência, e passou o ano todo defendendo a educação, os ataques à educação. O governo municipal se aproveita desse conjunto de ataques à educação para propor esse PL nº 20, que, como já foi dito da tribuna, não tem

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

participação, e não é possível falar em gestão democrática sem participação, não existe democracia sem participação.

O governo municipal poderia até alegar que é um ato discricionário do chefe do Poder Executivo de implantar um modelo diferente, nós temos um modelo diferente no País, que é a cidade de Sobral, no Ceará, que tem bons índices do IDEB e que não adota o modelo da gestão democrática. É bom ressaltar, eles adotam um modelo diferente, em que os diretores de escolas passam a ser escolhidos por um processo seletivo, sem interferência da política externa, levando em conta a meritocracia. Poderia ser um modelo, eu respeitaria se fosse essa a proposta do governo; mas não. O que se faz? Chama-se de gestão democrática, mas não existe gestão democrática sem participação. Então não é um modelo diferente. Nós até poderíamos nos opor a um modelo apresentado pelo governo Marchezan se fosse um modelo diferente de gestão, de escolha de diretores, mas não: eles pegam o modelo de gestão democrática e fazem uma modificação, uma modificação de um conceito. Isso é muito comum no governo Bolsonaro. Nós sofremos um ataque – a Ver.^a Karen Santos mencionou bem –, e os ataques falam de um movimento do governo Bolsonaro até aqui. Fala-se, por exemplo, na questão da doutrinação em escolas, algo que a procuradora de justiça responsável pela área da educação disse que nunca existiu. O movimento Escola sem Partido fala sempre em doutrinação nas escolas, mas nunca existiu doutrinação nas escolas; fala-se aqui em gestão democrática, mas não existe gestão democrática; fala-se numa qualidade de ensino e que os professores ganham R\$ 11 mil, então não deveríamos nem estar discutindo aqui! Se ganham R\$ 11 mil, por que discutir a qualidade do ensino, se o professor é valorizado? O professor não é valorizado, não existe uma possibilidade de uma educação de qualidade sem a valorização do professor, e essa é a posição da Mães e Pais pela Democracia. O Ver. Ricardo Gomes, por exemplo, usa, no relatório da CCJ, o argumento de que a Lei nº 7.365/93 está defasada e representa o espírito daqueles anos 1990. O vereador, eu acho, não tem conhecimento jurídico, não sabe que 30 anos é pouco tempo na área jurídica. Nos anos 1990 e nos anos 2000, foram criadas várias legislações que eram reflexo da Constituição Federal e que foram revolucionárias: a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outras leis, como o Código Defesa do Consumidor, dentro daquilo que o Ver. Adeli Sell falou, na

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

questão da dignidade da pessoa humana, tirando o patrimônio e colocando a pessoa humana na proteção do direito. Então consumidor, inquilinato, idoso, pessoa com deficiência, todos os estatutos foram criados, no espírito dos anos 1990 que o vereador fala tanto que está defasado, quando na verdade várias leis modernas foram criadas naquele período.

Por fim, tem vários pontos que poderiam ser analisados, mas, quanto à questão da gestão democrática, acho que é importante mencionar que aqui é uma necessidade de um controle, que o que o governo quer é um controle e transferir a responsabilidade, como já foi dito na tribuna. E, além disso, há um ponto que não foi mencionado, um ponto até talvez irrelevante para alguns – não para a Associação Mães e Pais pela Democracia –, que trata da criança não como sujeito de direitos, fala num determinado ponto da redução da idade dessa criança que seria votante, dessa criança que não é nem compreendida como sujeito de direito, colocando ela na condição de ter apenas 12 anos de idade, ou seja, apenas adolescente, desconsiderando as liberdades asseguradas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Para isso, eu vou chamar alguém que tem todas as condições do mundo, apesar de o Ver. Ricardo Gomes e de vários relatórios apontarem no sentido de que a criança não tem capacidade de discernimento, para provar para vocês o contrário.

ÁLVARO NAKAHARA: Oi, eu tenho oito anos, eu sou uma criança, e, mesmo sendo uma criança, eu sei que não existe educação de qualidade sem a valorização do professor. Eu confio muito nos professores! Obrigado.

SR. RENATO NAKAHARA: Obrigado, gente.

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Renato. A Sra. Márcia Gil, professora aposentada e conselheira tutelar eleita, está com a palavra.

SRA. MÁRCIA GIL: O que dizer depois dessa criança, né? Eu sou uma professora aposentada, professora municipal aposentada, fui diretora eleita em duas gestões e fui agora eleita a conselheira tutelar mais votada de Porto Alegre, de todos os tempos, no Rio

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

Grande do Sul, pelo meu trabalho na rede municipal de educação. Então, a gente pode e a gente é muito bom. Eu quero dar os parabéns para todos os meus colegas eleitos, vocês merecem, vocês são demais! Eu me orgulho da rede municipal, tenho muito orgulho. Eu só quero dizer que todas as falas que vieram antes, e essa criança me tirou um pouco chão, porque, na realidade, secretário, quando o senhor fala que o centro é a criança, sempre foi. O centro é o aluno, sempre foi. Nós todos sempre trabalhamos com o centro: o aluno. Agora, quando essa gestão chega, e tira o horário de planejamento, eu fico com dúvida se o centro é o aluno. Quando essa gestão chega, e tira a carga horária dos projetos, e tira algumas questões, todas que a gente tinha e trabalhava, eu fico com dúvida se o centro é o aluno. Quando vem, por exemplo, com aquela ...o início do ano com a nova organização dos tempos e espaços da escola, eu fico em dúvida se o centro é o aluno, se não é só uma questão de punição para os professores. Não é manter mesmo os professores, manter um domínio sobre os professores.

Outra coisa que me preocupa muito é os vereadores virem aqui falar coisas que não sabem sobre a educação. Ouvi dizer que o projeto político pedagógico é projeto político. Gente, vamos estudar antes de vir falar bobagem. Se gostam tanto de educação, vamos estudar. Porque a educação é uma questão supercomplexa, a gente não deve... a gente se ofende, eu, quando fico bastante naquela galeria, eu me sinto ofendida, às vezes, porque tem a gente como o inimigo, e a gente não é o inimigo. A gente é cidadão de Porto Alegre, é contribuinte, e a gente constrói políticas públicas, eu construí políticas públicas 30 anos da minha vida, e por isso que eu tive agora essa votação enorme, só numa região da cidade eu tive 3.629 votos. Então, é porque a gente tem trabalho. Então, falando sobre essa questão do IDEB, ninguém faz mágica. Por exemplo, estava conversando com um diretor agora, tu não tens um professor de matemática, do nono ano, durante o ano inteiro, daí tu queres ter o IDEB no final do ano? Não existe mágica. Então, tu tens que ter condições... a questão, eu concordo plenamente que nós temos, que nós conseguimos, hoje a educação a priori ela tem, a priori, porque a gente sabe que não tem vaga para todo mundo, mas isso é outra conversa, mas *a priori* a gente tem a educação fundamental para todo mundo, e hoje a gente está atrás, eu concordo com essa fala de hoje, a gente tem que qualificar a educação, só que nós temos que planejar, nós temos que discutir. Hoje, nós poderíamos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

estar aqui fazendo uma discussão sobre a educação, e não chegar nas vésperas da eleição, e o prefeito botar *sub judice* uma lei. Como assim? Eu não entendo isso. Se o senhor puder me explicar, no final. Como que um gestor, o senhor e o prefeito colocam *sub judice* uma lei às vésperas de uma eleição, como? É para bagunçar todo um sistema? Sinceramente, não entra na minha cabeça, não é democrático isso, é, na real, para bagunçar todo um sistema, é para deixar todo mundo confuso, no final de um ano, todo mundo confuso. É isso que eu queria dizer. Mas também me prontifico, a partir do ano que vem, agora eu não posso ainda falar como conselheira, mas trabalhar para melhorar, sim, a educação neste Município. Agora eu peço para o senhor retirar, como já pediram, esse PL por enquanto. E vamos, sim, colocar nas instâncias que devem ser colocadas, nas escolas, nos conselhos escolares, e vamos discutir. Desculpas se não me fiz entender, mas aquela criança me tirou do prumo. Obrigada.

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): A Sra. Silvana Conti, professora aposentada e diretora do Simpa, está com a palavra.

SRA. SILVANA CONTI: Boa noite. Eu sei que nós somos poucos e poucas neste momento, mas não tem como a gente não falar numa noite tão importante e com pessoas tão significativas na Mesa. Eu quero agradecer muito a presença de todos os convidados e convidadas que nós, do Simpa, chamamos para esta noite e quero começar dizendo que direção não é cargo de confiança do governo; direção de escola é cargo de confiança da comunidade escolar. Isso faz toda a diferença. Eu quero saudar todas e todos que ainda permanecem aqui e todos aqueles que já foram, porque aqueles colegas que são diretores e diretoras de escola e que são professores e professoras neste momento, os que foram embora é porque, amanhã, às 7h30min da manhã, vão estar com um grande sorriso no rosto recebendo todas aquelas crianças que estão nas periferias, que muitas delas só fazem a refeição dentro das nossas escolas. Eu já fui diretora por muito tempo, eu trabalhei 33 anos na Secretaria Municipal de Educação, secretário, e eu ganho mais de R\$ 11 mil, sim, porque eu tenho direito de receber um salário digno! Eu ganho, porque eu trabalhei 33 anos; agora, as nossas colegas que estão na ativa, não é verdade, isso é mentira. E mesmo

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

que ganhassem, que bom que ganhassem, porque é um direito que nós temos, de valorização profissional. A segunda questão que eu quero colocar é que, infelizmente, secretário, sabe o que me dói esta noite? É ter que ouvir a teoria do absurdo. Não tem como fazer um diálogo com a Secretaria de Educação da forma com que o senhor se refere a nós. É completamente inviável. Não é insensibilidade, é falta de vontade de dialogar. Não é democrático fazer um debate sobre gestão democrática dentro deste Parlamento, gente! Democracia é outra coisa, democracia foi o que nós fizemos em 1993. Quem estava lá, gurias, nós estávamos lá, e nós éramos do chão da escola. Eu não era secretária, não era gestora, mas eu participei da construção da gestão democrática da rede municipal de educação como professora, porque eu fui ouvida e as comunidades escolares foram ouvidas. Tem um *time*, Ver. Marcelo Sgarbossa, que faz toda a diferença. Acho que seria muito valoroso a Secretaria Municipal de Educação dar um passo atrás e não seria demérito nenhum. Seria, inclusive, educativo, já que estamos falando em qualidade de educação e de gestão democrática. Dar um passo atrás para quê? Para colocar o pé no barro, para ir conhecer as escolas, para ouvir os professores, alunos e, principalmente, a comunidade escolar. Eu quero fazer um desafio, já foi feito um desafio aqui, mas eu quero os números de quantas escolas o senhor visitou e de onde saiu a proposta de mudança da lei de gestão democrática. Eu tenho absoluta certeza de que não foi das nossas comunidades. Nós trabalhamos diuturnamente nas comunidades, e as pessoas participam dentro do tempo que elas têm, porque é muito difícil, muitas estão desempregados, muitas não têm comida para colocar na mesa daquelas crianças, e muitas vão ao posto de saúde, secretário, aquele posto de saúde que foi fechado, porque o prefeito retirou os colegas do IMESF. É desta cidade que nós estamos falando, secretário, não é da democracia que o senhor nos colocou aqui. Essa democracia que o senhor nos traz, ela não existe na nossa cidade. Infelizmente, eu chego à conclusão de que nós temos poucos aliados aqui na Câmara, e nós falamos todos a mesma língua, porque nós queremos o melhor para nossa cidade. Para finalizar, eu quero fazer um apelo. Eu tenho muito respeito pelo Partido Trabalhista Brasileiro e gostaria de fazer um apelo para que o Ver. Cassio Trogildo pudesse sentar conosco, conhecer com mais detalhe qual é a proposta que a gente quer garantir, a proposta da gestão democrática, e fazer o desafio que o Marco, da ATEMPA, trouxe aqui.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

O Simpa também quer isso. Vamos primeiro ir para a base, conversar com as comunidades, garantindo o pleito que foi legítimo no dia 21 de novembro de 2019. É isso que nós queremos, quem está na ativa, quem está aposentado, e tenho absoluta certeza de que a cidade de Porto Alegre quer manter a educação como ela está em relação à gestão democrática, mas quer sim mais professores, quer Guarda Municipal na porta das escolas, quer mais merenda, quer formação sistemática e continuada e quer valorização dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. Eu gostaria de fazer este encaminhamento nesta audiência pública, que se inverta a lógica e que nós, todas nós, com os vereadores, vamos para a base, vamos conhecer as escolas, e aí sim que se faça uma outra proposta num outro momento. Obrigada.

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Gostaria de convidar para fazer o uso da palavra o Sr. João Ezequiel, da direção do Simpa.

SR. JOÃO EZEQUIEL: Boa noite a todas e todos, que ainda estão aqui neste plenário. Acho que é importante dizer aqui que a gente vê a retórica do secretário Adriano; a gente viu a retórica do Ver. Cassio Trogildo, do PTB; a gente viu a provocação do Ver. Valter Nagelstein, que depois que provocar os professores e as professoras, saiu do plenário. Aliás, é importante registrar isso: o Ver. Valter Nagelstein pegou o hábito, agora, de a cada momento que os municípios, que as municipais vêm nesta Casa, ele se dirige ao plenário com um tom provocativo, e depois foge. Ou então, ele se faz valer do microfone, os colegas não têm como responder, e hoje é necessário dizer que a provocação partiu daqui, desta tribuna. Muitos vereadores e vereadoras aliados do governo dizem que os municipais não têm um comportamento adequado aqui dentro desta Casa. Agora, vem um vereador aqui fazendo provocações, enquanto, até aquele momento, ele não tinha sido provocado por ninguém. Mas aí ele não quer a resposta do plenário! Eu quero dizer para o secretário, para o presidente desta audiência pública, para os meus colegas diretores do Simpa, para a diretoria da ATEMPA, dizer a todos os colegas que esse ciclo nefasto, deste governo, vai acabar, e isso em todas as áreas. Quero me deter na educação, mas este governo, secretário Adriano, o senhor me desculpe, mas o seu governo é uma vergonha para toda a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

cidade, e não é somente o Simpa que pensa isso, a cidade pensa isso. Esse ciclo nefasto de vocês vai acabar, e eu quero dizer para o senhor, que trouxe aqui a questão da democracia. Vocês, quando entraram no governo, a primeira coisa que vocês fizeram foi atacar a educação, atacar as professoras e os professores. Isso não é por acaso – a gente sabe –, a gente sabe; é uma tática pensada, é uma tática elaborada, porque este setor dos educadores, das professoras, dos professores, são um setor organizado e combativo no município de Porto Alegre. Este setor é um setor muito importante para a luta geral de todos os servidores municipais em Porto Alegre. A luta da educação é uma luta que traz consigo, ela arrastar consigo, todas as áreas no município de Porto Alegre. Secretário Adriano, não se engane, não se engane, essa luta vai seguir. Colegas, agora tem poucos aqui, mas, colegas, não vamos desistir, vamos seguir a luta em defesa do serviço público, em defesa de uma educação de qualidade, em defesa de uma saúde de qualidade, e mostrar para este governo que tudo que eles fizeram até aqui está colocando a cidade contra eles – podem ter certeza –, a cidade de Porto Alegre, a população de Porto Alegre está rezando para que vocês saiam do governo, e vocês vão ver isso, secretário, ela vai mostrar isso nas urnas no ano que vem. A partir do momento que vocês entram na Prefeitura, tudo o que vocês fazem é atacar o serviço público, atacar os servidores. Não nos resta, secretário, outra coisa que se não lutar contra vocês, e esse movimento dos municipais nesses três anos tem sido um movimento de resistência contra os ataques de vocês; não é outra coisa. Por que vocês não escolheram fazer o debate com os servidores, o debate com as professoras? Por que não iniciaram o seu governo... Vocês iniciaram lá, já no início, ali, de 2017, mal iniciou, foram lá: “Vamos reformular a rotina escolar”. Não fizeram uma reunião, Cassio Trogildo, o senhor que é do PTB, que apoia este governo, o seu partido e o senhor que apoia este governo, o senhor fala em democracia, não houve uma reunião com os professores, com as professoras, vereador. Então os professores e as professoras não podem opinar em nada de como vai ser o sistema educacional municipal em Porto Alegre?! Aqueles que justamente estão na ponta, atendendo à população, ensinando os nossos jovens, nossas crianças, esses justamente não precisam ser consultados. Não, não, porque baixou um governo, aqui em Porto Alegre, iluminado, que tem todas as ideias mirabolantes para fazer uma educação, segundo eles, melhor. Nós estamos no terceiro ano, não

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

estamos vendo essa melhora, ao contrário, e aí eles baixam as leis e as regras sem debate nenhum, não tem democracia. Secretário, por favor, o senhor guarde essa retórica para dentro do seu governo, porque, para nós, o senhor não nos engana, não há democracia em Porto Alegre durante esses três anos no governo de vocês e principalmente na sua pasta, na educação. Isso não é democracia. E eu me admiro muito, o senhor que é um professor, filósofo, se voltar contra os seus colegas. Me admiro muito fazer o trabalho sujo do Marchezan. Secretário, por favor, se vocês vão seguir nessa linha, nós seguiremos na linha da resistência e nós não vamos desistir porque esse ciclo vai passar, tenhamos coragem, vamos conversar com a comunidade, vamos dialogar e vamos mostrar o que é este governo e quão nefasto é este governo. Eu quero dizer, para encerrar, Ver. Prof. Alex Fraga, que os ataques nas áreas são totais. Só quero trazer um exemplo aqui da saúde, na semana passada se consolidou a entrega do pronto atendimento da Bom Jesus e da Lomba do Pinheiro para uma empresa falcatrúia, SPDM, uma empresa que está proibida de atuar no Estado de Santa Catarina e tem contra si mais de uma centena de processos por corrupção e desvio de dinheiro público. Este é o governo Marchezan. Vamos à luta! Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, João Ezequiel. Quebrando um pouco o protocolo, o Ver. Cassio Trogildo pediu um aparte para responder ao convite que a Silvana Conti fez diretamente à sua pessoa.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Agradecendo ao Ver. Prof. Alex Fraga, não imaginava que pudesse fazê-lo diferente, até porque vou ser bem breve. Eu quero, aqui, começar agradecendo o Ezequiel, eu até nem sabia que eu merecia tantos elogios assim para elogiar a minha retórica. Eu não sei se tu, realmente, quiseste me elogiar, mas eu fui até olhar no dicionário para ter certeza. Tu acabaste de me elogiar, e muito, elogiando a minha retórica. Retórica é a arte da eloquência, a arte de bem argumentar, a arte da palavra; é uma palavra de origem grega, *rhétorikê*, que significa a arte de falar bem, de se comunicar de forma clara. Nem achei que eu merecesse tanto, Ezequiel, mas quero te agradecer; às 10h30min da noite receber um elogio assim do Ezequiel é realmente de quase cair os butiás

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

do bolso. Eu te agradeço, Ezequiel, pelo elogio e te digo o seguinte: não vou poder concordar com tudo que disseste aqui da tribuna, porque uma audiência pública, quando ela trata de um projeto de lei, ela é chamada para tratar do projeto de lei. E não foram nem um, nem dois, nem três que passaram por essa tribuna e fizeram um discurso político de ataque à administração. E não é para isso que se presta uma audiência pública que vem tratar de um projeto de lei. Há várias outras alternativas, pode pedir Tribuna Popular, pode pedir comparecimento no período de Comunicações. Agora, audiência pública não é para isso; então nós estamos aqui até às 22h33min – eu ouvi poucos aqui que vieram falar, contrariamente ao projeto, de alternativas. Tive que esperar até às 22h25min para uma fala, da Silvana, dizer que conversar – até às 22h25min. Todo mundo só veio aqui dizer: retira, é nefasto, não tem como. Quero dizer o seguinte: a Câmara está trabalhando. Há vereadores aqui que são do campo de vocês que estão tentando ajustar as coisas, pelo menos para se ter um andamento. Ver. Marcelo, quero lhe dizer que a base do governo Marchezan é maioria há bem pouco tempo. O Ver. Engº Comassetto, que já foi embora, disse que compraram gente, compraram vereadores para participar do governo. Quando o PT administrou, compôs base, inclusive no Congresso Nacional – parece que aí não comprou ninguém. Eu fui Presidente nessa Casa, em 2017, de uma base de minoria. E aí, Ver. Marcelo, a oposição não deixava nem retirarmos os projetos aqui, nos fazia votarmos para sermos derrotados. E aí era democrático. Eu não acho que tem que ter patrolamento; eu não acho que é isso que está acontecendo. Sinceramente, não acho que é isso que está acontecendo. O que realmente está acontecendo é que nada que é proposto pelo Executivo pode ter algum valor, nada tem valor, por quê? Mas a urgência – só para só para entenderem o que é urgência, que o Ver. Marcelo aqui fala – é depois de 45 dias, mesmo que se perca pela Casa, vai ter que ser votado. Para qualquer projeto que tenha 45 dias e que tenha passado na Comissão de Constituição e Justiça, qualquer vereador pode pedir, para através do Art. 81, para que ele venha a ser votado no plenário. A única diferença é que ele não tranca a pauta – é bem verdade. Então, esses 45 dias é tempo bastante, é tempo suficiente para se conversar. Silvana, eu pedi o tempo aqui para o Alex, que me concedeu, eu quero te dizer que eu estou, sim, à disposição, desde que seja efetivamente para conversar, não para fazer o que aconteceu aqui na audiência pública. Eu venho aqui,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

coloco a minha verdade, eu não, as pessoas vêm aqui, colocam a sua verdade e dizem que nada serve. Quero dizer o seguinte: eu sou do diálogo, sou do exercício da dialética. Vou fazer mesmo que seja para isso, mas não vai ser o que vai me contentar. O projeto vai ser votado, vocês não podem ficar enganando as pessoas de que não será votado – ele vai ser votado! Ele já está em andamento, já está trancando a pauta! Portanto, trabalhem! Façam o que Ver. Alex está fazendo, está trabalhando muito. Eu espero que os resultados que ele consiga construir sirvam para o conjunto, ou, então, venham para dentro também tratar, porque vai ser votado. Ele está trancando a pauta, a Câmara precisa votar, até porque existem outros projetos de vereadores que também precisam ser votados. Enquanto esse não for vencido, superado, a pauta ficará trancada.

Então é uma questão que não é matemática, como alguns falaram aqui que tem alguns pais que tem mais de um filho na escola, então, não dá 50 mil pais votando, deve dar uns 35 mil, 40 mil, até porque o povo não anda fazendo tanto filho assim, mas, igual, a paridade continua a mesma, 5 mil... É, se for o Alex já fica complicado, eu só tenho um, mas o Alex, pelo amor de Deus... O Thiago nós mandamos para a Assembleia, porque não era professor, mas fez três numa Legislatura. Para não me perder aqui, a paridade, que foi uma das reflexões que eu quis colocar aqui, todo mundo que veio falar aqui chacoteou na paridade, dizendo que não são 50 mil pais. Gente, vamos botar o dedo na consciência! Aí vieram aqui dizer que os pais não participam. Aumentar o poder dos pais é para os pais participarem, os professores vão buscar os pais para participar – esse é um dos objetivos! Agora, é pecado isso? Tem gente que veio aqui dizer que pai, para poder votar, vai ter que cumprir regrinha: foi lá na escola fazer não sei o que, ganha pontuação – parece que é tudo aluno, pai é pai, gente! Mas teve colega meu, vereador, que veio aqui defender. O pai para participar tem que fazer assim: foi lá fazer tal coisa, ganha ponto. Bom, aí pode participar. Democracia? Disseram aqui, defenderam aqui na tribuna. Eu já pedi as notas taquigráficas, estarão à disposição. As notas taquigráficas não mentem. Tem outras pérolas de um colega que eu falei aqui, e ele disse: “Pérolas nascem de uma provocação. É uma terrinha que vai lá dentro da ostra e, a partir de uma provocação, acaba gerando uma pérola”. Pode até ser, mas que tem pérola, tem. Muito obrigado e um abraço a todos.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Ver. Cassio Trogildo. Bem, nós tivemos, nesta noite, muitas manifestações, várias pessoas participando da nossa audiência pública e algumas coisas surgiram. Secretário, antes de lhe passar a palavra, faço essas manifestações e o resgate de algumas sugestões. Gostaria de saudar a lara, secretária adjunta, que participa até essa hora avançada da noite. Uma delas foi a questão da preocupação com relação a muitos dos colegas, e a fala da Rosele representou muito bem isso, com relação à garantia do cumprimento do que determina a lei vigente para dar posse às direções eleitas. Porque passaram por um processo democrático, foi uma construção baseada na lei vigente. Nós sabemos que há um projeto de lei em tramitação, esse projeto será votado brevemente. O Ver. Cassio Trogildo fez questão de dar essa ênfase, mas a lei que rege o processo de eleição das direções escolares tem vigência, a lei de 1993. Portanto, antes que o senhor se manifeste também surgiu a manifestação de algumas pessoas que usaram a tribuna para sugerir que o projeto seja retirado, não engavetado, não arquivado, mas retirado para que seja construído através de um diálogo, algumas sugestões algumas modificações, talvez até um substitutivo por parte da SMED. Gostaria também de passar agora a palavra ao senhor já que essas foram as principais diretrizes debatidas aqui. Nós sabemos que, se houve a intenção da SMED de propor um projeto dessa iniciativa, tem intenção de colocar em prática algumas dessas diretrizes. Portanto, já que há aqui algumas pessoas, a Silvana Conti se colocou à disposição para discutir, dialogar em quais pontos a SMED pode estar flexível a justamente ceder. Porque eu acredito que o Ver. Cassio Trogildo fez o seu encaminhamento nesse sentido, cobrando diálogo por parte dos municipais, criticando falas que fizessem a pura oposição, mas nós precisamos, também, ter a ciência do que SMED está disposta a ceder, para que possamos construir alguma coisa, minimamente, democrática, porque, até agora, infelizmente, nós não vimos muito a democracia na construção da minuta desse projeto de lei. Eu passo a palavra ao Sr. Adriano naves de Brito para fazer o encerramento dessa nossa audiência.

SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: Para concluir, agradeço, mais uma vez, a organização desse espaço para a gente fazer o debate sobre o projeto de lei. Eu queria concluir,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

elogiando, novamente, a democracia que nós conquistamos. Eu era estudante, nos anos 80, entrei na universidade muito cedo, e, naquele período, a gente não tinha a possibilidade que nós temos hoje. Espanta-me muito que pessoas que tenham defendido, nos anos 1980, a redemocratização digam que a discussão no Parlamento não é democrática. Eu, realmente, tenho arrepios, porque muita gente perdeu a vida defendendo a possibilidade de que os parlamentos funcionassem e que eles pudessem ouvir as pessoas, e as pessoas pudessem influenciar os vereadores, legitimamente e democraticamente, para que as coisas acontecessem como elas esperavam. Esse é o jogo democrático. O jogo democrático que tira do parlamento e traz um prato feito, para que o Parlamento, simplesmente, assinasse embaixo não é um Parlamento democrático. Nós já vimos isso acontecer, nós vimos isso acontecer ainda hoje, e isso dá arrepios. Então, cuidado com aqueles que defendem a democracia do corporativismo, cuidado, porque isso não é a defesa da Democracia, não é a defesa da sociedade democrática que nós queremos. Para responder, então, ao que você me pergunta, eu quero dizer que tudo está em jogo. Nós cumprimos a nossa tarefa, como Executivo, de apresentar um projeto que traz aquelas concepções que nós achamos que vão ajudar a melhorar a qualidade da educação em Porto Alegre. Então, nós somos, absolutamente, transparentes ao trazer aquilo que nós achamos que é necessário e suficiente para mudar a educação no tocante a isso. Esse é um dos elementos. Temos feito, ao longo desses anos, várias modificações. Agora, a palavra é do Parlamento no jogo democrático. Vocês podem mudar, o Executivo vai ter que fazer o seu trabalho. É assim que funcionam as coisas numa democracia, ela não está a serviço de um outro setor, porque, felizmente, tem o Parlamento que representa muito setores; nós temos vereadores que representam as corporações, nós temos vereadores que representam outros setores da sociedade e é assim que funciona, e está muito bem isso do modo como está, durante muitos e muitos anos. Eu me espantei ouvindo que nós devemos agora sentar e fazer o projeto revolucionário da educação. Bom, durante muitos anos foram outras as forças políticas que estiveram no poder e eu imaginava que elas tinham tentado fazer o projeto revolucionário da educação. O projeto revolucionário da educação que foi tentado não deu certo, ele não foi revolucionário para os estudantes. Ele não foi revolucionário para os estudantes! Os estudantes de Porto Alegre, os estudantes

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

da rede pública não aprendem! E isso não pode ser! Isso não pode continuar! Isso não pode ser assim! Eu lamento, a corporação não tem a obrigação de fazer esse trabalho porque a corporação tem obrigação por aquilo que ela recebe, pelo dinheiro que ela recebe dos seus afiliados e proteger a função, a carreira dos municipais. Mas é função deste Executivo, sim, defender a aprendizagem dos alunos. E esta Casa representa muitos interesses, inclusive os interesses dos alunos. O mandato do prefeito pode acabar, e acabará. Ele acaba por lei e pode não continuar. E quem decide isso é o povo. E ele não decide porque ele se comportou bem durante um certo período; ele decide porque ele tem um título de eleitor e ele tem o direito de votar, porque nós conquistamos a democracia neste País naqueles anos 80. Então isso que nós estamos vivendo aqui é excepcional e é democrático. Professor Alex, nós fizemos a nossa parte, o Parlamento está fazendo a parte dele, eu conclamo todo mundo a que dê valor a isso. Essa história de uma democracia paralela, as instituições democráticas pelas quais lutamos muito para voltarem a funcionar está errada! Vereador representa a população, ganhou voto para isso! Se não é democrático discutir com vereador, vai ser democrático discutir com quem? Desculpem-me, é democrático, sim! O diálogo tem que ser feito aqui e vocês têm a palavra agora. E nós estamos à mercê disso. Se houver força, se houver disposição e vocês nos propuserem, vamos discutir. Vamos discutir o jogo democrático, o jogo de poder e isso decide no voto! Se nós não tivermos votos para vencer, nós temos que ceder e assim sucessivamente. Assim funciona a democracia e assim funciona muito bem. Muito obrigado, de novo, pela oportunidade. Estou aberto a vocês.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Quero agradecer a todos que se fizeram presentes ao longo dessa noite, gostaria de lamentar um pouco a falta de diálogo na construção da minuta desse projeto. Nós colocamos desde o início a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude à disposição do Executivo para dialogar e construir conjuntamente uma proposta de projeto de lei, mas infelizmente esse não foi o entendimento da Secretaria de Educação, mas continuamos fazendo votos de que a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
011ª Audiência Pública 25NOV2019
Pauta: Debater o PLE nº 020/19

Prefeitura e a Secretaria Municipal de Educação atendam os anseios das comunidades escolares, que elegeram democraticamente, na última quinta-feira, os seus representantes para as direções das escolas. Muito obrigado aos que estiveram presentes até agora, em especial. Uma boa noite! Dou por encerrada a nossa audiência pública. Muito obrigado.

(Encerra-se a reunião às 22h48min.)